

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIELA BRUSTOLIN

**CHINA CONTEMPORÂNEA: PARADOXO ENTRE MANUTENÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

Porto Alegre

2011

GABRIELA BRUSTOLIN

**CHINA CONTEMPORÂNEA: PARADOXO ENTRE MANUTENÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dr. Gabriela Coelho-de-Souza

Porto Alegre

2011

GABRIELA BRUSTOLIN

**CHINA CONTEMPORÂNEA: PARADOXO ENTRE MANUTENÇÃO DO
CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza - orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt
UFRGS

Dedico este trabalho àqueles que sempre fizeram parte da minha trajetória de formação intelectual e construção da ética profissional: Carlos Roberto Brustolin e Janice Teresinha Kunrath Brustolin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família Carlos, Janice e Camila por toda compreensão, carinho e dedicação para que eu pudesse ter a oportunidade de ingressar na universidade.

Aos professores da universidade agradeço pela preocupação em sempre estar inovando e aprimorando seus conhecimentos e repassando incansavelmente a todos. À professora Gabriela Coelho-de-Souza, agradeço a oportunidade de podermos trabalhar juntas e pela confiança em mim depositada.

Ao meu gerente, Antonio, pela flexibilidade, compreensão e interesse na qualificação pessoal. A todos os meus amigos, colegas de trabalho e demais familiares, que sempre estiveram presentes para compartilhar novas experiências, muito obrigada.

RESUMO

A presença da China na sociedade contemporânea e sua população de mais de 1,3 bilhões de pessoas levam a refletir sobre as desproporções existentes entre o crescimento acelerado e os recursos naturais do país. O objetivo desta pesquisa foi compreender o papel dos recursos naturais no processo de internacionalização da economia chinesa, caracterizando a dependência econômica da China dos recursos naturais e analisando as estratégias utilizadas pelo país para equacionar os recursos naturais e a inserção no mercado externo. Para entender como ocorreu esse processo, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, através de levantamento bibliográfico e documental disponíveis. Através da teoria dos dois níveis de Putnam foi possível analisar a China por aspectos internos e externos. O papel dos recursos naturais no contexto do crescimento da economia chinesa foi analisado a partir da noção de desenvolvimento sustentável. Esta análise subsidiou a compreensão dos dilemas em que se encontra o governo em relação a esse crescimento e de que forma ele está sendo encaminhado. Em suma, o governo ascendente já mostra certa preocupação com questões relacionadas à conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Recursos naturais. China. Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

China's presence in contemporary society and its population of over 1,3 billion people lead to the reflection about the disproportion between the country's accelerated growth and natural resources. The objective of this research was to understand the role of natural resources in the process of the Chinese economy internationalization, describing the economic dependence of China on natural resources and analyzing the strategies used by the country to equate natural resources and inclusion in foreign market. In order to understand how this process happened, the methodology used was the qualitative approach, through bibliographical and documental survey. With Putnam's two-level game theory, it was possible to analyze China through internal and external aspects. The role of natural resources in the context of China's economic growth was analyzed using the idea of sustainable development. This analysis subsidized the comprehension of the government's dilemma of this growth and the way it is happening. In summary, the rising government already shows some concern about issues related to the environment conservation.

Keywords: Natural resource. China. Sustainability. Sustainable development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcos da história chinesa	12
Figura 2 - Evolução da taxa de cambio chinesa (Yuan/Dólar)	21
Figura 3 - Densidade populacional da China	40
Figura 4 - Pirâmide etária da China	41
Figura 5 - Vegetação da China.....	42
Figura 6 - Massas de ar na China.....	44
Figura 7 - Relevo da China.....	45
Figura 8 - Principais rios da China	46
Figura 9 - Consumo diário de barris de petróleo	52
Figura 10 - Importação de barris de petróleo por dia.....	53
Figura 11 - Fornecimento total de energia primária por combustível.....	54
Figura 12 - Consumo de gás natural por ano em metros cúbicos	55
Figura 13 - Exportação de gás natural anual por metro cúbico	56
Figura 14 - Importação de gás natural anual por metros cúbicos	57

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Crescimento da população chinesa	39
Quadro 2 - Fluxo de investimento estrangeiro direto na economia chinesa	58
Quadro 3 - PIB per capital chinês.....	61
Quadro 4 - Percentual de crescimento do PIB chinês.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A HISTÓRIA DA CHINA	12
2.1 A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX.....	15
2.1.1 Abertura chinesa ao mercado externo	17
2.1.2 Política externa chinesa	19
2.1.3 Influência da Taxa de Câmbio	21
2.1.4 Organização Mundial do Comércio	24
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CONCEITO ARTICULADOR ENTRE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO.....	26
3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A SUSTENTABILIDADE.....	28
3.2 MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	33
3.2.1 Os Planos Quinquenais.....	35
4 DESCRIÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA CHINESA DOS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO.....	38
4.1 SITUAÇÃO ATUAL DO CENÁRIO GEOPOLÍTICO	38
4.1.1 População.....	39
4.1.2 Vegetação.....	42
4.1.3 Clima	43
4.1.4 Relevo.....	45
4.1.5 Hidrografia.....	46
4.1.6 Minérios.....	47
4.2 POLÍTICAS E ESFORÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	48
5 ATUAÇÃO EM ÂMBITO INTERNACIONAL EM BUSCA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	49
5.1 A DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA DOS RECURSOS NATURAIS A PARTIR DE SUA INTERNACIONALIZAÇÃO	50
5.1.1 Importância do petróleo.....	51

5.1.2 Gás natural.....	53
5.2 ESTRATÉGIAS DA CHINA PARA EQUACIONAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	57
5.2.1 Cidade Ecológica	62
5.2.2 Educação para o consumo sustentável	62
5.2.3 Economia Circular.....	64
5.3 CONSEQUÊNCIAS DA ALTERAÇÃO DO MODELO DE PRODUÇÃO PERANTE O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO INTERNACIONAL	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A China tem se mostrado um país muito interessante para estudos, pois ao longo dos últimos 34 anos mudou sua estratégia econômica perante o mundo. Essa nova estratégia gerou um crescimento expressivo, que merece atenção dos demais países. Anteriormente isolada social, cultural e economicamente, hoje está adaptada à realidade comercial e mostra-se capaz de desenvolver novas tecnologias por conta própria, sem depender de outras economias.

O fenômeno de crescimento chinês não foi visto em nenhuma outra época da história. Entretanto, não foi a primeira vez que o homem se adaptou ao meio ambiente, através da alocação de recursos provenientes da agricultura, com base em uma dieta quase que exclusivamente do arroz, do planejamento da construção de fábricas, a fim de reaproveitar recursos utilizados pelas outras e da maximização da utilidade de combustíveis fósseis. Esses fatores foram determinantes para o desenvolvimento econômico chinês na época contemporânea. No início dos anos de 1980, grande parte da população e do governo não tinha a visão global da necessidade de planejar para agir. A importância do governo chinês no âmbito de lidar com escassez e poluição das águas, desertificação, baixa produtividade do solo, desmatamento, poluição da atmosfera, consumo de energia elevado e aproveitamento precário dos recursos naturais foi e ainda é determinante para o crescimento contínuo e sustentável do país.

Nesse contexto, utilizou-se a teoria de dois níveis de Putnam de 1988, a qual propõe a análise em dois níveis, o primeiro aborda aspectos internos e o segundo, aspectos externos. Desta forma, a política internacional das negociações é um jogo de dois níveis, o nacional e o internacional. Essa teoria reconhece o conflito entre a necessidade doméstica e os interesses nacionais.

Segundo Putnam, os governos caracterizam-se por tentar maximizar a capacidade de satisfazer as pressões domésticas, tentando minimizar as consequências adversas que essas políticas causam no mercado internacional. Assim, evitam insatisfações populares e possíveis revoltas que poderiam se desencadear. A autonomia dos tomadores de decisão influencia na possibilidade de se alcançar um acordo internacional. Com isso, podem-se buscar explicações sobre o processo da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), que fez inúmeras concessões para ingressar na organização. Os trabalhadores do país ficaram preocupados com o aumento da competição de produtos estrangeiros, o que poderia ameaçar os seus empregos. Por outro lado, países da Ásia temiam que a China roubasse parcela dos

seus mercados de exportação (GOLDSTEIN, 2001). Entretanto, a autonomia chinesa é limitada, pois deixa o país impossibilitado de adotar algumas medidas como a exclusão de barreiras à importação de certos produtos e de políticas protecionistas.

Hoje os chineses estão posicionados de tal forma que vêm ditando as regras no cenário internacional. Entretanto, os seus recursos naturais não são abundantes. Por isso, será um grande desafio para os governantes garantirem a manutenção das taxas de crescimento.

Nos últimos 30 anos a China modificou muito sua posição frente ao mundo. Podemos comprovar isso mediante as taxas contínuas de crescimento econômico superiores a 8% ao ano. A agilidade na mobilização de capitais e velocidade da informação, fez com que os mercados que antes guardavam distâncias e características distintas, passaram a buscar produtos e serviços com fundamentos semelhantes, reduzindo as distâncias sociais e culturais que eram tidas muitas vezes como barreiras. Essa mudança acelerou o processo de desenvolvimento dos países, inclusive o da China. Com isso os governos passaram a ter maior responsabilidade sobre as decisões tomadas quanto ao rumo econômico do país.

Esse crescimento acelerado traz conseqüências. Em seu livro ‘Quente, Plano e Lotado’ Thomas L. Friedman (2010) garante que o sistema de crescimento adotado pelos países desestabilizou o mercado e a natureza, chegando ao ponto de não poder ser mais ignorado. Defende que a colisão entre os problemas financeiros e ecológicos permitiu a todos observar que os problemas ligados a estas mudanças no mercado e na natureza aconteceram pelos mesmos motivos: privatização de lucros e socialização dos prejuízos, subestimação de riscos e da contabilidade fraudulenta. O economista ainda lembra que toda herança que deixarmos hoje será ‘desfrutada’ pelos nossos filhos e netos, por isso é indispensável encontrar um meio de produzir riquezas sem criar resíduos tóxicos no mundo financeiro e no natural.

O presente estudo justifica-se pela relevância da China no mercado mundial e pela evidência cotidiana do assunto de sustentabilidade e de conservação do meio ambiente. O trabalho foi desenvolvido mediante bibliografias consultadas, artigos de jornais e revistas que foram publicados no Brasil e fora dele. Além da consulta, sites de organizações internacionais para obter informações para embasar, a partir de diversas perspectivas, os aspectos relacionados ao desenvolvimento e o uso de recursos naturais da China.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o papel dos recursos naturais no processo de internacionalização da economia da China. A abordagem traz dois objetivos específicos. Um deles é caracterizar a dependência da economia chinesa dos recursos naturais, a partir do período da internacionalização, e sua relação com o desenvolvimento. O outro é

analisar as estratégias utilizadas pela China para equacionar a internacionalização da economia com a utilização dos recursos naturais. Buscarei avaliar os recursos naturais como fator determinante para o crescimento chinês e a escassez de certos recursos como limitador do crescimento.

Este estudo está organizado em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução do tema, este apresenta a questão a ser investigada, os objetivos, a justificativa e a importância do papel dos recursos naturais no processo de internacionalização chinesa. O capítulo dois apresenta o referencial histórico, relativo ao posicionamento chinês perante o mercado mundial, focando no período de transição do isolacionismo para a abertura comercial. O terceiro capítulo constrói-se o conceito desenvolvimento sustentável, evidenciando ser que busca articular uma reflexão teórica multidisciplinar, com um caráter aplicado, perquirindo o estabelecimento de políticas efetivas na relação entre desenvolvimento e utilização dos recursos naturais.

O quarto capítulo contextualiza os principais aspectos da China, descrevendo brevemente a situação atual do cenário geopolítico do país. Será relatado o tipo de vegetação predominante, o relevo, a hidrografia e concentração de minérios e população, fazendo referência á relação desses recursos com a economia e de que forma os chineses exploram. Por fim, expõem-se as políticas e esforços públicos a fim de garantir a continuidade do crescimento sem desgaste do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. No capítulo cinco são discutidas questões referentes aos recursos naturais que a China utiliza para suprir sua demanda, ou seja, o petróleo e o gás natural. Em seguida, as estratégias da China para equacionar a internacionalização da economia com a utilização dos seus recursos naturais. Por último, no capítulo seis as considerações finais sobre o tema.

2 A HISTÓRIA DA CHINA

O presente capítulo aborda o referencial histórico da China, enfatizando a transformação da estratégia econômica adotada pelo país perante o mercado mundial. Este período compreende o final do século XX, no qual se deu uma grande evolução e crescimento econômico do país. O período pós-Guerra Fria é abordado brevemente a fim de destacar as mudanças do posicionamento chinês mediante certas transformações econômicas. Posteriormente, coloca-se em evidência o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual tem como finalidade estabelecer, em um mundo que vive a crise ambiental desde a década de 1960, os parâmetros de sustentabilidade, buscando elementos para equacionar a relação entre o desenvolvimento e a utilização de recursos naturais.

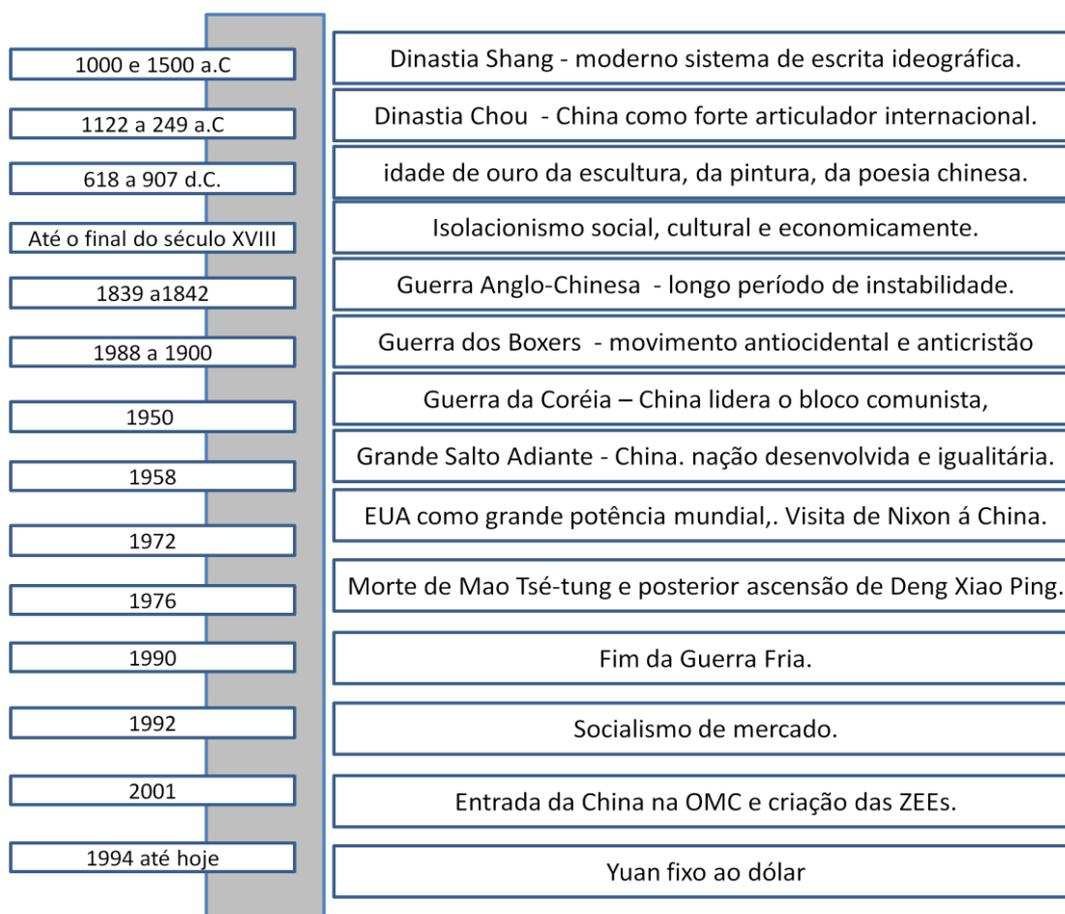


Figura 1 - Marcos da história chinesa

Fonte: Elaborado pela autora (2011) com base no livro Sobre a China de Henry Kissinger.

A China destaca-se pela tamanha importância que dá à defesa dos interesses nacionais. Ela deixa transparecer o interesse e preocupação contínua com sua posição no cenário internacional. Um dos países com a civilização mais antiga (registros datam de 5.000 anos atrás) do planeta teve um passado glorioso, com uma história rica e uma cultura bastante diferenciada do mundo ocidental. Entretanto, passou por momentos de fraqueza e cobiça de outros países. Durante os anos 1000 e 1500 a.C., na dinastia Shang (Figura 1), o moderno sistema de escrita ideográfica foi desenvolvido a fim de que os estados emergentes feudais pudessem alcançar um estágio avançado de civilização. Naquele momento competia com qualquer sociedade encontrada na Europa, nas Américas e no Oriente Médio em termos de organização social. Posteriormente na dinastia Chou nos anos de 1122 a 249 a.C. que o famoso filósofo Confúcio lançou as primeiras idéias sobre o pensamento chinês. Assim, surge o pensamento referente à necessidade de reviver os tempos de glória a possibilidade de poder ocupar novamente o lugar que lhe era devido. Isto é, almejavam a posição de grande articulador internacional. (ABI-SAD, 1996)

O grande marco histórico do país é a muralha da China. Ela surge entre os anos 246 e 210 a.C. durante o reinado do imperador Chin Shih Huang Ti, a fim de unir os estados feudais que estavam constantemente em guerra e defender o país de invasões ocidentais. Apesar dessa ânsia em se proteger do mundo ocidental durante a dinastia Han 206 a.C. a 220 d.C. realizou-se extensa negociação comercial com o Ocidente.

Os anos de 618 a 907 d.C. foram conhecidos como a idade de ouro da escultura, da pintura, da poesia chinesa. Neste período a impressão em massa de livros possibilitou uma difusão de informações anteriormente concentrada nas mãos de poucos. Até final do século XVIII a China permaneceu isolada do resto das civilizações, praticamente restringindo as atividades internacionais. Permanecia sendo um país isolado social, cultural e economicamente. Com a Guerra Anglo-Chinesa 1839-1842, um longo período de instabilidade interna perpetuou, assim, inúmeras concessões para potenciais coloniais ocidentais foram dadas. Após a guerra, muitas barreiras ao comércio internacional foram rompidas e Hong-Kong acabou sendo cedida à Grã Bretanha. Os tratados assinados posteriormente enfraqueceram a soberania do país e a imagem do mesmo ficou enfraquecida. Os anos de 1899 a 1900 ficaram marcados pela Guerra dos Boxers, um movimento anticristão no qual, segundo seus adeptos, a pobreza rural e o desemprego eram atribuídos às importações do Ocidente. Para os rebeldes, após a abertura comercial e intervenção militar, o

anteriormente conhecido como Império Celestial, tornou-se a “colônia de todas as metrópoles” (PANIKKAR, 1969).

A morte da então imperatriz viúva Tzu Hsi em 1908 e a ascensão de uma criança, Hsuan Tung, como imperador, causaram revoltas nos populares que, através da liderança do Dr. Sun Yat-Sem, derrubaram o imperador, colocando o líder revolucionário como primeiro presidente Provisório da República Chinesa, em 1911. Entretanto, Dr. Sun renunciou e Yuan Shih-Kai assumiu. Mas seu governo durou pouco, pois já em 1916 o mesmo faleceu. Sua morte foi seguida por anos de revoltas e guerra civil entre militares e republicanos. Logo, tropas nacionalistas, lideradas pelo general Chiang KaiShek e por um conselho de comunistas, ocuparam a maior parte do território chinês estabelecendo o regime Kuomintang em 1928. No entanto, os conflitos internos continuaram e Chiang rompeu com os comunistas.

Em meados de 1931, o Japão invadiu a região da Manchúria, tomando a província. Tropas japonesas invadiram a China a fim de tomar o território ao norte do país e durante o mês de julho de 1937. Para conter a invasão, a China, liderada por Chiang, se uniu e o governo Kuomintang recuou. A rendição do Japão se deu em 1945, juntamente com o fim da segunda Grande Guerra Mundial. Conflitos internos no país fizeram com que Chiang e seus seguidores fugissem para a ilha de Formosa, atual Taiwan. Nesse contexto, a República Popular da China foi proclamada pelo regime de Mao TseTung em 1 de outubro de 1949.

Durante a Guerra da Coréia, em 1950, a China liderou o bloco comunista, defendendo a Coréia do Norte, enviando tropas e armamento para unir esforços de defesa norte-coreana.

Mao, a fim de reestruturar a economia agrária do país, iniciou o “Grande Salto Adiante” em 1958, que visava tornar a China uma nação desenvolvida e igualitária em tempo recorde, acelerando a coletivização do campo e a industrialização urbana. Este plano causou um abandono das atividades agrícolas, levando fome generalizada para mais de 20 milhões de pessoas. Entretanto, representou o afastamento definitivo do modelo socialista soviético. Em 1959 a revolta fracassada contra a invasão da China e da ocupação do Tibete obrigou o líder espiritual Dalai Lama e seus mais de 100 mil seguidores a fugirem para a Índia. O Tibete sempre foi considerado pelos chineses como sendo um ponto fraco, já que era porta de entrada de invasores históricos, ou seja, era território essencial para ser controlado, com intuito de restabelecer os limites chineses e por fim ao que era símbolo de humilhação nacional (GARVER, 2001). Essa invasão enfraqueceu a relação entre a China e a URSS, que eram ex-aliados. No ano de 1965 o Tibete foi denominado região autônoma da China, mas a perseguição religiosa e cultural ainda promulga-se aos dias atuais e vêm gerando crescentes

protestos internacionais. O fracasso do “Grande Salto Adiante” desencadeou uma luta pelo poder dentro do Partido Comunista entre Mao TseTung e uma facção reformista liderada por Deng Xiaoping. Em resposta disso, Mao travou uma Revolução Cultural com princípios político-ideológicos, a fim de neutralizar a crescente oposição de alguns setores do partido menos radicais. Ordenou o fechamento de escolas e a formação ideológica das unidades de Guarda Vermelha. Essa revolução foi gloriosa, pois no final dos anos de 1967 a posição de Mao como líder supremo estava reforçada.

A consolidação dos Estados Unidos como sendo uma grande potência mundial e um país de forte articulação internacional não poderia estar completo sem a atuação no Oriente, e para isso, nada mais propício do que o bom relacionamento com país mais povoado do mundo oriental, a China. Ansioso para explorar a brecha existente no sistema comunista, Nixon, em 1972, visitou o país. O encontro foi um sucesso para os norte-americanos, que saíram com uma promessa do governo chinês em se empenhar para melhorar as relações entre os países. Com a morte de Mao TseTung em 1976, campanhas contra a viúva Jian Qing foram intensas, até que foi nomeado como vice-premier e chefe do Estado Maior do Exército, Deng Xiaoping. Em 1979 Pequim e Washington anunciaram plenas relações diplomáticas. Neste período ocorreu a grande transformação econômica da China. Pois foi sob a liderança de Deng Xiaoping que a ideologia comunista da China passou por uma reinterpretação essencial para o novo posicionamento do país perante o mundo. Todas as mudanças econômicas e sociais do período foram postas em movimento no período. A ideologia do povo chinês foi reformulada e o culto à personalidade de Mao TseTong fora chamado de ultrapassado, sendo silenciado afim de substituir os dogmas marxistas que abrandaram a modernização.

Segue na próxima seção uma descrição da transformação da economia do país a partir do final do século XX. Abordando os principais fatos que configuraram o posicionamento chinês perante a sociedade.

2.1 A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XX

Com a morte de Mao Tsetung, em 1976, e posterior ascensão de Deng Xiaoping como o líder supremo da China, uma mudança radical nas relações exteriores foi sentida por todos. As reformas realizadas por Xiaoping foram embasadas nos quatro princípios de modernização

ditados, em 1975, por En-Lai, visando modernização do setor industrial, do setor agrícola, com defesa da ciência e da tecnologia. Este líder foi imortalizado como o estrategista que quadruplicou o PIB de um país em 25 anos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Os recursos domésticos foram essenciais para a modernização do país. A China basicamente apostou em inovações tecnológicas e institucionais com uma completa reestruturação do setor industrial, ao contrário de muitas outras potências do mundo moderno. Segundo Bijian (2005), a estratégia de fazer parte da globalização econômica ao invés de isolar-se do planeta foi primordial para o sucesso do modelo de desenvolvimento. Deng Xiaoping percebeu que o crescimento do país estava diretamente ligado à abertura econômica, por isso os líderes aproveitaram a oportunidade para modificar o modelo de desenvolvimento implantando na China.

Inicialmente a exploração do mercado interno foi essencial para o crescimento do país. A poupança interna convertida em investimento foi o primeiro passo para o aumento da capacidade produtiva e uma melhora na tecnologia empregada na produção. Essa auto-suficiência e independência estendem-se até mesmo no ponto em que se absorvem técnicas de produção utilizadas em outras sociedades, como de países capitalistas (BEIJIN, 2005)

Durante a história da China, o perfil de posições inflexíveis dos líderes é evidente. Entretanto, durante sua ascensão pacífica, fez-se necessário criar políticas que estreitassem as relações com outros países, e reduzissem os conflitos já existentes. Houve grande mudança no perfil da China em relação às medidas aplicadas na área da economia. Para Bijian existem mais oportunidades que desafios para seu país na atualidade. Porém, neste ponto um dos desafios a serem enfrentados estão a escassez de recursos naturais, questões ambientais e algumas desigualdades entre desenvolvimento econômico e social. (BIJIAN, 2005, CUNHA; ACIOLY, 2009).

No ano de 1953 surgiram os planos quinquenais, a fim de estruturar o planejamento da economia do país. Estes planos definem metas a serem cumpridas, estabelecendo obras e projetos sociais que devem ser desenvolvidos a fim de direcionar o crescimento econômico do país. Além disso, estabeleceram formas de gestão e alocação das forças produtivas, bem como a participação de cada setor na economia da China. Normalmente o plano é posto em prática somente três anos após o início da elaboração do mesmo. (TREVISAN, 2006). Atualmente, a China está no 12º plano quinquenal, este abrange uma nova fase do desenvolvimento do país, garantindo melhoras sociais aos residentes e formulando uma base mais sólida para dar continuidade ao crescimento da nação (BIJIAN, 2006). Este plano buscará um crescimento

econômico médio de 7% até 2015, baseada na reestruturação econômica e no desenvolvimento das pequenas e médias empresas de alta tecnologia para produzir com alto valor agregado.

Em suma, está claro para todos que a busca por condições de vida mais dignas dos habitantes é essencial e indispensável para o crescimento social da China. Para entender melhor este processo, é necessário aprofundar na questão da abertura chinesa ao mercado externo.

2.1.1 Abertura chinesa ao mercado externo

Desde a segunda metade do século XX até os dias atuais a presença militar norte-americana no leste asiático é intensa. Não somente pelas relações de comércio, mas porque bases militares foram instaladas no Sudeste do continente. A posição geográfica ocupada por essas tropas não pode ser menosprezada, pois cerca de 50% do comércio marítimo passa pelo estreito de Málaca. Além disso, a região é propícia para o acesso de valiosas fontes de recursos energéticos como o Oriente Médio, o Cazaquistão e a Rússia (DITTMER, 2008).

O término da Guerra Fria, na década de 1990, exerceu impactos profundos e sem precedentes no sudeste Asiático. A região passou a experimentar uma dinâmica própria com ajustamentos nas relações entre os países da área, assumindo nova postura política internacional. O conceito regional de segurança passou a não se resumir a mais fatores de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. O colapso dos regimes autoritários na Europa e a emergência de blocos comerciais também na América do Norte comprovam que existiam ameaças à estabilidade dos Estados (PINTO, 2005). Passaram a associar segurança não somente ao fato de promover defesa do território e resistir à agressão externa como também de promover o desenvolvimento econômico.

A abertura ao capital estrangeiro da China se deu em cinco fases distintas. A primeira delas está relacionada com o destino dos investimentos. Comparando o pós-guerra e hoje é notável a diferença desse fluxo. Atualmente, é visível o interesse do governo que megacorporações e fusões de grandes empresas aconteçam no país, principalmente no setor de serviços (ACIOLLY, 2005). Mesmo assim, a maior parte dos recursos externos recebidos não foi destinada à estes setores. Nos anos de 1980 investia-se em indústria manufatureira,

prospecção geológica e no setor de serviços. Entretanto, não só na China, mas em todo o mundo fica evidente que um país industrializado que exporta produtos com um valor agregado mais alto tem maior probabilidade de se desenvolver com uma balança comercial positiva. Por isso a segunda fase da abertura ao capital estrangeiro acontece com investimento em tecnologia e indústria de transformação permitindo a expansão do mercado para clientes de outros países, aumentando as exportações. Nos anos de 1990, a chamada terceira e quarta fase de abertura ao capital estrangeiro, priorizam-se o desenvolvimento da indústria química, de máquinas, equipamentos de transporte, eletrônicos e de telecomunicações. Com isso a China inicia o desenvolvimento de uma indústria de ponta e o estabelecimento de centros de pesquisa. Já no ano 2001 a quinta fase da abertura chinesa fica evidente com a entrada do país para a Organização Mundial do Comércio (ACIOLLY, 2005).

Após o desenvolvimento dessas cinco fases cria-se uma divisão de investimento setorial bastante distinta. Os investidores asiáticos que tinham seu capital em projetos norte-americanos passaram a investir na China, pois ela tornou-se um pólo de produção industrial. Outro fator que justifica o crescimento expressivo de capital externo no país, foi a desvalorização da sua moeda, o Yuan, favorecendo as exportações e tornando-se, juntamente com a mão de obra barata, as principais vantagens para as empresas multinacionais

A abertura econômica deu-se efetivamente com a queda de Deng Xiaoping em 1992. Ele foi precursor do socialismo de mercado, ou seja, uma organização social em transição de economia planificada para economia de mercado, na qual a regulamentação e orientação são feitas pelo Estado, e não pelo setor privado. Com investimento externo direto previa-se aumentar a participação do país no mercado internacional, favorecer o acesso às fontes de capital e tecnologia avançada e introduzir modernas técnicas administrativas nas empresas chinesas. Evitando se endividar, a China criou quatro zonas econômicas especiais (ZEEs) para direcionar o capital que ingressava no país ponderando quanto à localização e orientação dos investimentos. Subsídios de redução ou isenção tarifária para indústrias de setores exportadores foram sendo concedidos estrategicamente a fim de trabalhar com o método de substituição de importações. O planejamento foi essencial para seu sucesso. Diversas indústrias de baixa tecnologia de Hong Kong e Taiwan começaram a transferir-se maciçamente para as províncias de Guangdong e Fujian, o objetivo dos empresários era transformar o Delta do Rio das Pérolas na “oficina do mundo” (OLIVEIRA, 2005a). Por isso, o plano que se seguiu, objetivou desenvolver os setores de transporte e energia, também gerar crescimento econômico para o país. Os investimentos passaram a ser mais regionais do que

setoriais, tornando-os mais dispersos geograficamente.

Vale lembrar que a longa trajetória de isolamento e de humilhação recebidas do Ocidente nos séculos XIX e XX, somado ao imenso contingente demográfico e a cultura original, faz com que a China dificilmente seja um “parceiro normal” na ordem mundial. O país reagirá de maneira particular aos desafios da globalização liberal. Ela tenderá a compreender melhor que as outras potências as necessidades dos países pobres, conseqüentemente tomará decisões mais favoráveis a estes no cenário internacional (SUKUP, 2002).

Em suma, a crescente importância da China no comércio mundial foi alcançada sem que houvesse liberação geral de importações, ou seja, o mercado interno nacional continua de certa forma protegido. Essa proteção ocorre não somente pelo câmbio desvalorizado, como por um conjunto de restrições. O alto volume de importações do país é explicado pelas aquisições de zonas de processamento de exportação ou por importações que são complementares e não concorrentes com o produto nacional. Na seção seguinte será utilizado o jogo de dois níveis de Putnam para expor sobre a política externa do país.

2.1.2 Política externa chinesa

Desde sua criação, a República popular da China tem se destacado pelas suas relações diplomáticas independentes e amistosas, baseado na coexistência pacífica em relações de igualdade, benefício recíproco com diversos países. Além disso, o reforço da unidade de cooperação com nações do terceiro mundo e oposição à hegemonia em prol da paz mundial (DUQING, S.d). É pelo fato da China ser historicamente um país socialista que se defende a justiça através do conceito promovido por Aristóteles: a desigualdade é legítima, desde que ela seja desigual à favor dos menos afortunados, a fim de se tornar menor ao longo do tempo. Nestes termos, concretiza-se o conceito existente na ideologia chinesa de que todos os países do mundo, grandes e pequenos, ricos e pobres, fortes e fracos, devem ser iguais, opondo-se resolutamente e afronta dos pequenos pelos grandes, a opressão dos pobres pelos ricos e a subordinação dos fracos pelos fortes. Através da observação do modo de organização atual é possível perceber que este conceito já não está mais em evidência no país.

A China defende sobre todos os aspectos a sua independência e autonomia econômica. Os países socialistas e em desenvolvimento estão enfrentando novos desafios. Entretanto, após o final da Guerra Fria a política externa ganhou novas características. Segundo Xavier (2008) destacam-se três mudanças principais, tais como, aumento de participação nos fóruns multilaterais, maior ênfase nas relações com as potências e a utilização da diplomacia como instrumento garantidor de recursos essenciais.

A atuação nestes fóruns internacionais é primordial para evitar o retorno ao isolamento, pois se considera preferível subordinarem-se às imposições das negociações internacionais do que retroceder economicamente. A China tem procurado associar a emergência econômica e política atual a um processo de paz que beneficiaria os países vizinhos e relações com o exterior (PINTO, 2005). Além disso, Pinto (2005) ressalta que a China identifica a Ásia oriental como espaço regional que favorece sua ascensão, resgatando sua experiência histórica com o Sudeste Asiático, o que justificaria a posição da China no século XXI. O enfoque chinês é extremamente prático e imediatista, pois se utiliza de instrumentos já existentes para garantir a continuidade do sistema, sem grandes contestações das decisões paralelas. Segundo Goldstein (2001), fica claro que a visão multilateral chinesa não passa de uma maneira segura de garantir o abastecimento dos recursos energéticos.

A grande marca da condição atual chinesa de potência mundial deve ser continuamente identificada como uma nova fase de “ascensão pacífica” do país destinada a beneficiar a si mesma e as relações com o exterior (PINTO, 2005). Dentro do jogo de dois níveis de Putnam fica claro que o país se preocupa com as questões internas sem descuidar do reflexo de suas atitudes no mercado externo. Portanto, o grande desafio chinês configura-se em estabelecer uma política externa que impulsione sua ascensão como potência mundial e dê continuidade à segurança do país. Segundo Capeletto (2009), a atuação chinesa agiria consoante às necessidades políticas econômicas e militares da grande estratégia do país.

Seguindo nosso raciocínio abordaremos a influência da taxa de câmbio na política externa chinesa, mostrando o papel da manutenção da mesma para a economia do país.

2.1.3 Influência da Taxa de Câmbio

Os economistas liberais apontam que a forte liberalização econômica dos últimos 30 anos justificaria os altos níveis de crescimento do PIB do país. Já os desenvolvimentistas indicam a taxa de câmbio desvalorizada juntamente com o posicionamento perante o mercado internacional como reguladora dos fluxos financeiros, das políticas industriais. Gerando assim uma balança comercial positiva, com um nível de exportações bastante elevado. Segundo Zysman (1983), é visível que este “milagre chinês” recoloca a questão dos “estilos de desenvolvimento” ou das formas alternativas de modernização capitalista, onde a via anglo-saxônica ou liberal, tem por antagonismo conceitual os distintos modelos de capitalismo organizado.

Existem diversos aspectos associados ao fenômeno de crescimento chinês, dentre eles destacam-se as altas taxas de investimento, a maior abertura comercial e financeira, investimento direto estrangeiro e o regime cambial rígido. Sobre este último daremos maior ênfase nesta seção.

O longo processo de reformas iniciadas na década de 70, o regime de câmbio evoluiu de um mecanismo centralizado de controle para um sistema dual de taxas de câmbio em 1986, seguindo por um breve período de flutuação administrada com uma banda restrita até o regime atual, iniciado de 1994, que atrela a taxa de câmbio ao dólar. Embora o regime seja formalmente considerado como de flexibilidade administrada com uma banda restrita, pode-se perceber que na prática o que existe é uma taxa fixa atrelada ao dólar de 8,28 Yuan/Dólar.

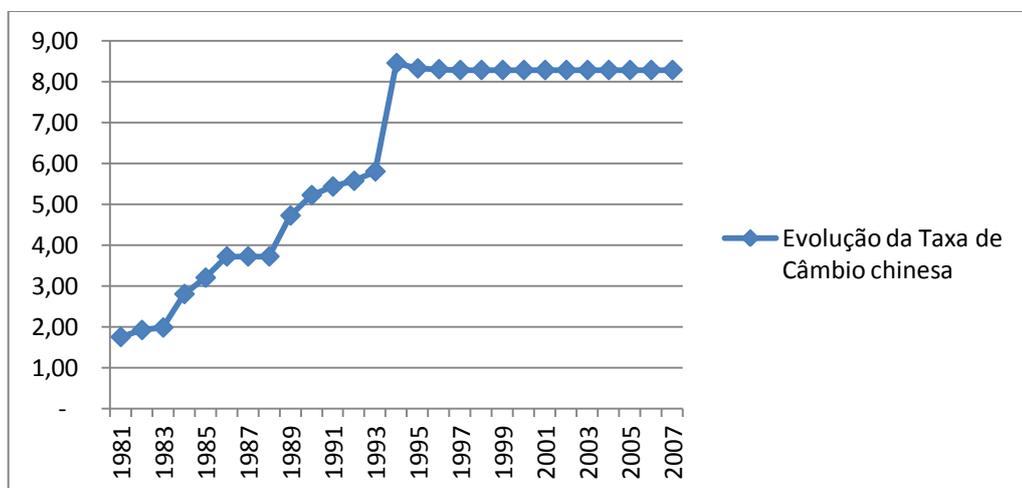


Figura 2 - Evolução da taxa de cambio chinesa (Yuan/Dólar)

Fonte: PBOC e IFS (2009)

O quadro acima descreve a evolução da taxa de câmbio chinesa entre o período de 1981 até 2007. Através dele é possível ver claramente que no ano de 1994 houve um salto da taxa de câmbio de 5,80 para 8,45 Yuan/Dólar, justamente no período em que o Yuan passou a ser atrelado ao dólar. Alguns pequenos ajustes ocorreram até o ano de 1997, quando o câmbio foi fixado a 8,28 Yuan/Dólar.

Uma das características chinesas está atrelada a obtenções de seguidos superávits comerciais nas últimas décadas, diferentemente das demais economias emergentes que seguidamente apresentam problemas na conta corrente. Devemos essa discussão ao regime cambial adotado no país. Este é considerado crucial, tanto para os EUA e Europa, como para os parceiros comerciais na Ásia. Como já foi visto, desde 1994 há rigidez cambial no país, ou seja, essa taxa é um instrumento fundamental às exportações chinesas no mercado mundial. Ela é considerada artificialmente desvalorizada, pois é muito distante do que conhecemos como nível de equilíbrio, portanto nos últimos anos a China vem sofrendo recorrentes pressões para que transite para um regime de câmbio mais flexível (VIEIRA, 2006).

Alguns autores como Huang e Wang (2004) discordam dessa posição. Defendem que apesar do atual regime de câmbio fixo em relação ao dólar estar associado a bons resultados macroeconômicos, o processo de globalização e de formação de relacionamento internacional pelo qual a China vem passando deve ocasionar a adoção de um regime cambial mais flexível. Os autores defendem que essa mudança deve ser gradual, no sentido que deve levar em conta aspectos como fluxos especulativos de capitais e a estabilidade do sistema financeiro. Sob o risco de iniciar um processo no qual não apenas o crescimento econômico estaria comprometido, mas também as relações financeiras e comerciais da China com seus parceiros.

Em suma, além de Huang e Wang (2004), demais economistas acreditam ser possível aumentar a flexibilidade do regime cambial chinês em conjunto com a liberalização da conta de capital, já que uma maior flexibilidade tem vantagem não apenas de aumento do grau de autonomia política monetária, como também de se criar mecanismos adicionais de prevenção contra choques domésticos e externos (PRASAD; RAMBAUGH; WANG, 2005). Logo, para eles, a maior flexibilização cambial seria interesse da própria China, pois em conjunto com um sistema financeiro mais robusto e estável, são condições que devem preceder uma maior liberalização da conta de capital.

O processo de globalização financeira e o próprio acesso da China à Organização Mundial do Comércio aumentam o grau de integração da China com o resto do mundo, mas traz consigo dilemas de política a serem enfrentados. Dentre eles encontramos a Tríade Impossível, onde uma economia integrada à economia mundial tem que escolher dois dentre três objetivos: estabilidade da taxa de câmbio, independência monetária ou integração no mercado financeiro (KRUGMAN, 1999). Percebe-se que a China terá de fazer um *trade-off* entre os objetivos, tendo que abrir mão da rigidez cambial ou diminuir o grau de interação no mercado financeiro para preservar a independência da política monetária.

O aspecto da manutenção do câmbio fixo em relação ao dólar pode ter se esgotado. Segundo Frankel (2005) existem sete argumentos que podem justificar a necessidade de flexibilizar o regime cambial atual. São eles: o fato de a economia chinesa estar sobre aquecida do ponto de vista do equilíbrio interno, onde as pressões inflacionárias já estão se mostrando relevantes, ou seja, uma elevação da taxa de câmbio poderia aliviar essas pressões; o nível de reservas internacionais é elevado para funcionar como *hedge* em ocasião de uma crise monetária, até mesmo porque os títulos do tesouro americano oferecem retorno limitado; esterilizar a entrada de capitais é cada vez mais difícil, ou seja, a pressão de entrada de capitais torna-se um fator inflacionário adicional; mesmo que o equilíbrio externo possa ser atingido através de políticas redutoras de gastos, a existência de duas metas de políticas deve exigir também o uso de dois instrumentos de políticas que incluiriam não apenas a taxa de juros, mas também a de câmbio que dentro do sistema atual não desempenha este papel; uma economia relevante como a chinesa não deveria fazer alteração nos preços de forma a ajustar sua taxa de câmbio real, mas deveria modificar a taxa de câmbio nominal; a transição de um sistema rígido cambial para um flexível deve ocorrer em um cenário no qual a economia possui bom desempenho, caso contrário ocorreria especulações; além disso, uma análise da China garante que o preço dos bens e serviços ofertados estão abaixo do nível mundial.

Na seção seguinte abordaremos o tema do ingresso da China na OMC, mostrando de que forma ele se deu e quais foram as consequências econômicas não somente para o país, mas também para a economia global.

2.1.4 Organização Mundial do Comércio

Foram praticamente 15 anos de negociações para que ocorresse a entrada da China na OMC, que, certamente, pode ser considerada um dos maiores acontecimentos da economia internacional nos últimos anos. Atualmente, o país possui um papel decisivo na economia mundial. Como já mencionado anteriormente, seu PIB trilhonário garante influência nas mais diversas áreas de produção. O socialismo de mercado pregado por Deng Xiaoping priorizou uma modernização da economia através de uma abertura econômica e a implantação das Zonas Econômicas Especiais – regiões que possuem uma estrutura e uma legislação que atrai o investimento estrangeiro direto e de empresas chinesas privadas. Consequentemente ocorreram reformas na área de planejamento, de controle de mercados, do sistema de propriedade acarretando uma reestruturação do sistema econômico.

A principal motivação que gerou interesse ao ingresso chinês na Organização foi a utilização da competição estrangeira a fim de acelerar as reformas econômicas nos setores industriais e de serviços iniciadas por Deng Xiaoping. Durante os anos de 1990, o processo era lento e inercial, pois era movido por interesses de gestores preocupados em manter seus cargos. Para Chow (2002), ser uma empresa privada não é condição necessária para eficiência. É necessário condições para que os articuladores trabalhem em benefício da empresa. A concorrência estrangeira é benéfica, pois combate a inércia e a burocracia de instituições chinesas. A empresa que não consegue competir terá de encontrar maneiras de reduzir custos, renovando as tecnologias utilizadas e fazendo um melhor gerenciamento dos recursos disponíveis. Entretanto, o governo tem consciência que não é benéfico a entrada indiscriminada de concorrência estrangeira, pois pode falir o sistema econômico da China.

Segundo Tang (2009), o marco da integração chinesa ao sistema de comércio internacional e a nova fase de abertura externa foi o ingresso à OMC. Segundo Pereira e Filho (2005) o movimento de adesão à OMC exigiu diversas ações, como a criação de uma base legal para o comércio exterior, reformulação do sistema de câmbio e de importação e exportação, redução do protecionismo e das barreiras alfandegárias. Algumas condições foram impostas para garantir a entrada do país na organização, tais como redução das tarifas alfandegárias para as importações, permissão de as empresas estrangeiras a vender diretamente no mercado interno chinês e abertura dos setores de telecomunicação e finanças para maior concorrência estrangeira (CHOW, 2002.). Essa abertura chinesa garantiu aumento

da competitividade interna, aumento na utilização de recursos e maximização da escala de produção, a fim de reduzir custos.

Os efeitos externos dessa adesão à Organização Mundial do Comércio são significativos para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Estados Unidos, o Japão, a Coreia e a União Européia se favorecem pelas importações mais baratas, mas também enfrentar a competição na exportação para o resto do mundo. Tarifas, quando mais baixas, geram um significativo aumento das importações de produtos agrícolas e industriais, a concorrência com importações estrangeiras forçará produtores chineses a reduzirem os preços e melhorar a qualidade de seus produtos, o que beneficiará os consumidores. Os chineses teriam de investir em pesquisa e desenvolvimento para concorrer igualmente, no que diz respeito à qualidade, com os produtos importados.

No entanto, no ano seguinte ao ingresso na OMC, Lohmar (2002) afirmou que a agricultura chinesa sofreria significativas perdas na produção agrícola interna, que deveria ser compensada pela produção industrial e pelo setor de serviços. O número de trabalhadores seria reduzido, causando demissões em massa devido ao excesso de pessoal e à ineficiência de empresas estatais, devido às reformas feitas para a maior competitividade internacional após a entrada na OMC. Além disso, aumentará cada vez mais a pressão perante aos índices de eficiência sob as empresas estatais, gerando cada vez mais demissões.

A globalização pode ser vista como um catalisador de ruptura, através da exposição de tensões que são latentes, fraquezas do corpo político. Se for mal administrada pode vir a promover instabilidade, desintegração, bolsões de desemprego, graves danos ambientais, aumento da diferença entre rendas da população nacional ao mesmo tempo em que expressa elevação do PIB. A globalização implica um movimento de longo prazo orientado por um quadro jurídico harmônico regulador, juntamente com um senso de comunidade política e de propósito comum, através de um sistema que seja basicamente estável. O principal desafio chinês está na dificuldade de moldar um governo que historicamente é rígido, pois uma globalização bem sucedida requer um sistema flexível e facilmente adaptável. Caso contrário o desenvolvimento da sociedade não poderá ser sustentável e as gerações futuras não terão condições de dar continuidade ao processo iniciado.

É por esse motivo que o próximo capítulo discutirá o desenvolvimento sustentável. Mostrando suas raízes, as relações com os recursos naturais e as estratégias de atuação e o modelo chinês.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CONCEITO ARTICULADOR ENTRE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento é amplo, compreendendo a melhoria da renda familiar e melhor distribuição da mesma, criação de oportunidades, tanto de emprego como de subsídios do governo, ampliação dos investimentos, que normalmente acarretam na geração de emprego. No setor da saúde, deve ocorrer através da ampliação da rede de atendimento, já no setor da educação, não só na qualidade do ensino mais na quantidade de pessoas atendidas. Para a área da segurança deve ser dada tanto no sentido de menor vulnerabilidade a choques físicos, como econômicos também. Por fim, a inclusão social através da livre expressão e do livre arbítrio. E principalmente, está diretamente relacionado com a sustentabilidade, pois para que o desenvolvimento possa ser contínuo e se dar no longo prazo, é necessário preservar os recursos naturais, o meio ambiente e a biodiversidade. Para que o desenvolvimento seja sustentável ele precisa se encaixar em certos preceitos, sendo ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso (FURRIELA, 2001).

Ser sustentável não é deixar de utilizar os recursos naturais, mas sim, promover sua exploração de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir. Até mesmo para as atividades humanas altamente impactantes no meio ambiente como a extração vegetal, a fabricação de papel e celulose, a agricultura em larga escala e a mineração, a aplicação de práticas sustentáveis nesses empreendimentos revelou-se economicamente viável e em muitos deles acarretou uma melhoria nas finanças no país.

O processo de desenvolvimento é dado através de certos princípios. Os mais importantes dele são capital físico, capital humano e capital natural, eles contribuem para o crescimento econômico e o bem-estar social. Ao dedicar maior parte dos esforços no capital físico, os países em desenvolvimento tendem a adotar políticas que subsidiem a certo custo. Dando origem a controvérsias que podem gerar conflitos de interesses, ocorrendo escassez de investimento nas áreas essenciais para manutenção da sociedade. O capital humano e o natural também contribuem para o acúmulo de capital físico por meio do aumento nas taxas de retorno sobre este último. O capital físico eleva as taxas de retorno dos capitais humano e natural e, caso o mercado reflita esse aumento, contribui para o seu acúmulo. A tudo isso se acrescenta ainda os investimentos em capital físico, humano e natural que, aliados a diversas reformas políticas, contribuem para o progresso tecnológico e o crescimento do fator de

produtividade total, promovendo assim o crescimento (CAVALCANTI, 1994).

A relação entre taxas de crescimento de qualquer natureza e redução nos índices de pobreza depende de investimentos em pessoas. Quanto mais equânimes os investimentos, tanto maior o impacto do crescimento sobre a redução da incidência de pobreza. Se as capacidades das pessoas são distribuídas de forma regular entre a população, é defensável a tese de que a distribuição distorcida de recursos educacionais e de saúde infligiria grandes prejuízos à sociedade em termos de bem-estar social, na medida em que uma parcela significativa de pessoas é privada de oportunidades de uso de novas tecnologias e de saírem de condições de pobreza.

O principal problema da valoração dos recursos naturais e o meio ambiente tem sido seu tratamento com base no *mainstream* econômico (MATA; CAVALCANTI, 2002). O pensamento de grande parcela da população tem sido voltado à economia de mecanismo de mercado e de finalidade alocativa, neste caso o processo esbarra em elementos sem valor monetário determinado.

Para sermos capazes de determinar quais mecanismos de mercado são adequados na gestão dos recursos naturais devemos considerar a função e os valores ambientais e em segundo lugar as condições e as propriedades institucionais de mercado (GUSTAFSSON, 1998). Os mercados de recorrência são definidos como mercados de bens substitutos ou complementares aos bens ambientais. As técnicas de mercado hipotético ou de avaliação por contingente são aquelas em que se pesquisam as preferências individuais e a disposição a pagas na provisão de bens ambientais (MOTTA, 1992).

Fang e Meiyang (2002) elaboraram um estudo que garante a sustentabilidade do crescimento chinês e que o mesmo tende a se manter a taxas similares nos próximos anos, em torno de 9%. Tem como embasamento a justificativa de que as principais fontes de crescimento continuam presentes e continuarão impactando o produto da mesma maneira dos últimos 30 anos. Para isso será necessária manutenção de certos fatores, tais como a ética ambiental que será discutida na seção seguinte.

3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A SUSTENTABILIDADE

Para um desenvolvimento econômico sustentável alguns pontos básicos são essenciais serem seguidos pelos governantes a fim de nortear o crescimento econômico conservando os recursos naturais. Neste capítulo destacamos as quatro principais medidas que determinam se um país está de acordo com as metas mundiais para redução da poluição e conservação do meio ambiente. Elas serão abordadas a seguir, primeiramente, a ética ambiental, em seguida o Relatório de Brundtland, o Protocolo de Kyoto, a conferência Rio 92, dentro desta destacamos um dos principais acordos assinados por diversos países, inclusive a China, a Agenda 21, e por último a conferência Rio + 20.

Segundo Mata e Cavalcanti (2002), ética é o juízo de apreciação referente à conduta humana. Implica o conhecimento do que é socialmente correto e justo para a geração presente e sustentável, no longo prazo. Para ambos, no âmbito ambiental ela deve ser entendida como um pressuposto fundamental do comportamento humano, sob o qual as decisões de gestão de recursos naturais devem visar o consumo presentes sem prejuízo a gerações futuras. Conforme os estudos no plano econômico, as implicações de dado fluxo de custo e benefício de atividades produtivas deveriam ser avaliadas com base em ganhos e perdas reais no período presente, em relação ao tempo futuro.

Essa questão se coloca em razão da necessidade de conservação das espécies e da biodiversidade. São preferíveis as medidas de regulação que permitam um equilíbrio entre a exploração e a capacidade de regeneração natural dos ativos ambientais. Entretanto, existem duas visões distintas sobre o critério de equilíbrio. Por um lado, a visão da sustentabilidade econômica prega a necessidade de determinação de uma taxa de poupança ótima que beneficie as gerações futuras, garantindo a reprodução econômica potencial. Por outro lado, os ambientalistas que preservam a idéia de um processo de crescimento econômico restrito ao critério de sustentabilidade na produtividade dos recursos naturais em si, numa visão mais objetiva da economia ecológica (MATA; CAVALCANTI, 2002).

Quando se fala em desenvolvimento sustentável é impossível não mencionar o Relatório de Brundtland. Publicado no ano de 1987, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e conceitua desenvolvimento sustentável como sendo desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Este vai contra o modelo adotado pelos países industrializados e utilizado pelas economias em

desenvolvimentos, em que se apontam o uso indiscriminado dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório deixa explícita a incompatibilidade existente entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo atuais.

Para o relatório, as relações do homem com o meio-ambiente não apresentam somente limites mínimos para o bem-estar da sociedade, pois existe também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que eles sejam preservados e possam posteriormente ser utilizados.

O relatório tem como aspecto importante o dever de divulgar e reconhecer a “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do atual padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. É visível que estão sendo colocadas em plano secundário as relações de dependência existentes entre os países, no sentido que para continuar produzindo e investindo cada vez mais, haja uma exploração inadequada dos recursos naturais.

Desde o período da revolução industrial até os moldes atuais, as práticas do desenvolvimento econômico vêm sendo espelhadas no consumo das minorias residentes nos países industrializados, pois a tecnologia torna-se acessível às grandes massas de população em um rápido período de tempo. Essa expansão forma o chamado terceiro mundo. Essa idéia é uma prolongação do mito do progresso, que é elemento essencial na ideologia da revolução burguesa. Entretanto, essa pretensão é impossível de ser realizada, visto que não existem recursos naturais suficientes para suportar a intensidade e a velocidade de produção, poluição, degradação e absorção dos detritos decorrentes da mesma. Além disso, porque este acúmulo de bens materiais realizado só foi possível com a equivalente distribuição da miséria para outra parcela da população (FURTADO, 1974). A idéia de Furtado mostra a consciência do autor quanto às limitações do nosso ambiente. Nesse ritmo, é pouco provável que o planeta possa repetir, nos países em desenvolvimento, o mesmo padrão de acumulação que prevaleceu até hoje nos países desenvolvidos (ARAÚJO, 2005)

As discussões anteriores mostram que o relatório não defende a estratégia baseada no conceito da autoconfiança, nem nega a necessidade da continuidade do crescimento econômico, talvez esta seja uma das causas da sua grande aceitação. O relatório abriu precedentes que aumentaram a quantidade e a qualidade das discussões e das propostas sobre desenvolvimento com sustentabilidade.

Posteriormente, o protocolo de Kyoto, organizado no Japão, em 1997, é um tratado internacional com compromisso mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. A demora da China em assinar o protocolo, ficando adepta somente no ano de 2006, fez com que muitos países desacreditassem na eficiência do acordo, alguns já acreditava que o protocolo já estava ‘morto’.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92 Realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992), foi considerada a mais importante conferência ambiental realizada até os dias atuais. Ela teve como principal objetivo buscar meios de conciliar desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra (LAGO, 2007). Esta conferência disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável introduzido pelo Relatório de Brundtland. Contribuindo para a ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente deveriam ser atribuídos principalmente aos países desenvolvidos. Além disso, evidenciou-se a necessidade dos países em desenvolvimento receberem auxílio financeiro e tecnológico para garantirem um desenvolvimento sustentável.

O relatório mostra que a posição ocupada pelos países em desenvolvimento é bem estruturada e o ambiente político internacional parecia favorecer a aceitação dos países desenvolvidos como o das responsabilidades comuns. Segundo Lago (2007), a percepção com relação à complexidade do tema deu-se de forma muito clara nas negociações, apesar do impacto do ponto de vista da opinião pública ter sido menor.

Entretanto, o relatório do Worldwatch de 1993 fez críticas severas aos resultados dessa conferência, apesar do interesse mundial mais intensivo pelo futuro do planeta, a conferência da ONU não correspondeu nem às expectativas geradas. Muitos problemas surgiram em consequência da pressão da delegação dos Estados Unidos, favorável à eliminação das metas e dos cronogramas para a limitação de emissão de gás carbônico do acordo sobre o clima. A convenção sobre proteção da biodiversidade teve alguns pontos fracos tal como a falta da assinatura dos Estados Unidos. A interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas anteriores foram ignoradas, mas entraram no discurso oficial da maioria dos governantes do mundo (CAVALCANTI, 2004).

A conferência Rio 92 foi um momento de conjunção política muito forte, com contexto que favoreceu os resultados alcançados. Embora haja dificuldade na implementação das propostas, o evento é até hoje referência dos processos políticos e isso não está perdido. Os tratados e convenções são bons, mas faltam ser cumpridos (RESK,2011).

Diversos acordos foram selados durante a conferência, tais como a declaração de Princípios sobre as Florestas, Convenção sobre as Mudanças Climáticas, Convenção da Biodiversidade, entretanto, um dos principais acordos da conferência Rio 92 foi a Agenda 21.

Durante a conferência Rio 92 foram discutidos diversos acordos políticos que serviriam como instrumento de planejamento para alcançar os objetivos propostos. O principal instrumento foi a Agenda 21, que tinha como proposta a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que conciliam métodos de proteção a construção de justiça social e eficiência econômica. Este documento estabelece a importância de cada país a se comprometer a refletir não somente a âmbito nacional, mas a nível macroeconômico, preocupando-se com o mundo como um todo, fazendo com que governos, empresas públicas e privadas, e até mesmo pessoas físicas cooperassem no estudo de soluções para os problemas do meio ambiente. Trata-se de um mecanismo de reconversão da sociedade industrial para um novo paradigma, através da reinterpretação do conceito de progresso e desenvolvimento, aceitando que a quantidade do crescimento não pode ser superior a sua qualidade.

Neste sentido, torna-se possível e necessário planejar para agir. A Agenda 21 foi o meio que se tornou viável a construção política de bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, de forma gradual e negociada, tendo como meta um paradigma econômico e civilizatório amplamente reestruturado e muito aceito pela sociedade (RESK, 2011).

Entretanto, sabemos que para programas de reestruturação é necessário que haja acompanhamento e gestão de resultados. Para isso foi aprovado que em 2009 seria feita em 2012 a Rio+20.

Duas décadas praticamente se passaram desde a conferência Rio 92 e o que se constata é que ainda há muito que se fazer na agenda socioambiental mundial (RESK, 2011).¹

Em entrevista dada por Fernando Lyra (2011), assessor extraordinário para a RIO+20, ele afirma que a Rio+20 deve ser reconhecida como uma conferência sobre desenvolvimento sustentável, pois serão tratadas questões de inclusão social, conservação ambiental e de desenvolvimento econômico. Além disso, afirma que os problemas ambientais são primeiramente problemas de desenvolvimento. Mostra que existe necessidade e a possibilidade de trabalhar com variáveis antagônicas, como a redução do desmatamento e continuidade do crescimento.

¹ A conferência Rio mais 20 acontecerá em 2012 e terá como objetivo principal um balanço de realizações e desafios.

Segundo o advogado, o tema de desenvolvimento sustentável terá duas prioridades. Uma delas é a chamada “economia verde” no contexto da erradicação da pobreza, pois ainda existem diferentes percepções do assunto nos países desenvolvidos em relação aos em desenvolvimento. A outra se refere ao assunto da governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A importância de discutir temas sobre sustentabilidade é intrínseca a continuidade do crescimento sócio-econômico dos países. Tomamos como referência que praticamente metade da população chinesa vive na zona urbana, e que essa migração foi rápida e não planejada, ou seja, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo em uma crise ambiental. É inevitável a reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea. É impossível que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, valores e comportamentos gerados pela racionalidade humana fundada no aspecto da sustentabilidade sem que haja uma estrutura sólida por trás disso. Entretanto, já a preocupação com a sustentabilidade representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os ecossistemas nem o crescimento econômico.

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade (JACOBI, 2003).

A idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. Isto também implica em que uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento (SACHS, 2002).

É visível a impossibilidade da China em sustentar seu crescimento somente com recursos próprios, para isso no capítulo seguinte veremos o modelo de desenvolvimento

chinês e como ele vem sendo moldado para se adequar aos acordos sobre sustentabilidade propostos.

3.2 MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A transição do modelo de planejamento estatal centralizador e fechado internacionalmente utilizado por Mao Tsé-Tung para o modelo de crescente orientação de mercado e abertura comercial introduzido em 1978 por Deng Xiaoping fez com que houvesse uma expansão econômica nos últimos 30 anos. Atualmente é visível que as decisões tomadas pela China tem repercussões consideráveis na economia mundial. O país pressiona o custo da mão-de-obra e dos produtos industrializados para baixo, e mantém elevados os preços dos produtos que importa como as commodities agrícolas, minérios e petróleo. Sobretudo, compra títulos da dívida pública de grandes economias para fazer a manutenção das taxas de juros internacionais, como pro exemplo a dos Estados Unidos. Assim, a China já acumulou mais de 818 bilhões de dólares em reservas internacionais.

As decisões tomadas por Deng Xiaoping revisaram o sistema coletivista da agricultura, permitindo aos agricultores a possibilidade de acumulação de excedentes e firmando um contrato de responsabilidade na agricultura, ou seja, os agricultores podem vender livremente os excessos de produção no mercado (MASIERO, 2006). A partir do ano de 1984, o objetivo central da política econômica voltou-se para os grandes investimentos em infra-estrutura e mecanismos que priorizavam o estímulo á exportação. Nesse ano o conceito que até hoje define a economia chinesa surgiu: socialismo de mercado com características chinesas. Essa definição combina estímulo à iniciativa privada, entrada de investimento estrangeiro direto, maior autonomia das empresas estatais, lenta e gradual liberalização de preços, descentralização fiscal, foi estabelecido um sistema bancário (ainda que precário), anteriormente inexistente e um mercado de capitais.

Após 1998 o Governo chinês investiu na reformulação das empresas estatais, abandonado as que tinham menor rentabilidade, causando um alto nível de desemprego na época. O ano de 2001, foi marcado pelo ingresso do país na Organização Mundial do Comércio, consolidando assim o processo de modernização econômica e abertura comercial progressiva de setor anteriormente fechados ao investimento externo. Agora o país está

comprometido com a economia de mercado, privatizações de estatais. Todas essas propostas foram reafirmadas pela nova cúpula do Partido Comunista.

A forma contemporânea do modelo de desenvolvimento chinês pode ser considerada uma combinação da mão invisível do mercado descrita por Adam Smith (1776) com a mão visível do Estado. Um exemplo foi a existência de um sistema dual de preços, controlado pelo estado e preços via mercado, na segunda metade da década de 1980 e início da de 1990 (MASIERO, 2006). Altas taxas de investimento, industrialização intensiva e forte volume exportador foram primordiais para o bom funcionamento do sistema, o qual obteve um evidente sucesso. A manutenção das altas taxas de crescimento vem se estendendo por mais de 30 anos. Entretanto, correções no modelo serão necessárias, pois três motivos. O primeiro deles está na necessidade de enfrentar a utilização indiscriminada dos recursos naturais, que causa degradação no meio ambiente, sem possibilidade de regeneração natural do mesmo. O segundo, a obrigação do uso mais racional dos recursos energéticos, pois apesar de o país estar procurando formas de energia menos prejudiciais ao meio ambiente, como a criação de hidrelétricas, a economia chinesa ainda é dependente de energias altamente poluentes, como o carvão e o petróleo. O último é o aumento da população urbana, provocada pelo êxodo rural, decorrente das disparidades entre a renda rural e a urbana. Os três temas são centrais no novo programa Quinquenal de 2006.

Embora existam alguns pontos que ainda devem ser ajustados no modelo de desenvolvimento, os êxitos sócio-econômicos acumulados ao longo deste período são sem precedentes. O país teve sua fisionomia completamente alterada, retirou mais de 400 milhões de indivíduos da linha da pobreza (MASIERO, 2006), converteu o país em um centro da economia globalizada, promoveu melhorias substanciais em indicadores como a expectativa de vida, taxa de mortalidade infantil, taxa de alfabetização, redução da natalidade.

Apesar dessa trajetória, a China terá de enfrentar alguns desafios consideráveis, como garantir a sustentabilidade energética e ambiental do crescimento, lidar com a concentração de renda, superar as desigualdades regionais, sem afetar o desenrolar do crescimento econômico, garantir a manutenção do equilíbrio macroeconômico e a continuação do processo de reformas. Tudo isso com a incerteza de como será a relação entre o Governo, o Partido Comunista (PCCh) e a sociedade, pois a manutenção da estabilidade político-social é essencial para alcançar o “desenvolvimento harmonioso” proposto pelo PCCh.

A desigualdade social chinesa está centrada em três grandes itens: a diferença na renda dos indivíduos, nos rendimentos e poder de compra da população rural e urbana, e em termos

de produtos e taxas de crescimento distintas das províncias. Mesmo que moradores de áreas rurais tenham menos oportunidades que moradores de áreas urbanas, o dever do Governo é minimizar essa discrepância. A influência dos centros urbanos frente à pobreza do campo continua sendo um problema. A reforma agrícola iniciada nos anos de 1980, que substituiu um regime controlado pelo Estado por uma gestão familiar, possibilitando a diversificação de cultivos e a liberdade de comercialização, majorando assim a renda real do setor.

Dados de 2007 apontam que 42,3% da população é urbana e 57,7% é rural. Por ser um país de área continental, a população ocupa o vasto território, o que dificulta os serviços públicos e a seguridade social. Essa situação se reflete em diversos problemas sociais, como o grande contingente de indivíduos com documentação irregular e baixos salários. Visto isso, os desafios do Estado tornam-se cada vez mais amplos, diante da aceleração da pobreza rural em direção aos grandes centros. A distribuição da população chinesa fica evidente quando verificamos o interior pobre e o litoral rico. As condições naturais favorecem esta situação, especialmente no oeste, devido ao relevo montanhoso e ao deserto inabitável nestas áreas encontram-se os espaços rurais empobrecidos no país. Esse fenômeno ainda foi acentuado pelas decisões tomadas pós-Deng Xioaping, que favoreceu o investimento no litoral chinês que compreende a região desde o golfo de Bohai ao mar do sul da China.

3.2.1 Os Planos Quinquenais

Os articuladores da economia chinesa têm consciência dos contrastes regionais que o país apresenta. Os planos quinquenais que seguiram durante os anos de 1953 a 1975 foram destinados a áreas pobres do nordeste, sudoeste e provinciais centrais, com grandes projetos de mineração, indústria química, pesada e processadora de alimentos. A viabilidade dessas enormes injeções de capital e da importação de bens de capital e a necessidade de longa maturação dos investimentos para alcançar os resultados foi comprometida pela economia interiorana ainda muito pobre e de estrutura agrária. Por isso, as desigualdades hoje existentes foram agravadas no período, através de pressões exercidas nos preços dos insumos e matérias-primas, taxando a agricultura e a indústria de extração que seriam vantajosas para a região.

Essas reformas deixaram bem claro que é impossível erradicar a pobreza de todo o país em curto prazo. Deng Xioping chegou a admitir em um de seus discursos que alguns indivíduos deveriam ficar “ricos primeiro”, para viabilizar a prosperidade vindoura.

Diferentemente dos quatro planos quinquenais de 1953 a 1974, os planos que cobriram os anos de 1981 a 1990, foram feitos quase que exclusivamente em benefício das regiões com maior probabilidade de crescimento da costa leste. Juntamente com a reforma fiscal do período foi possível um aumento de receita das províncias e corte de gastos públicos, com um impacto negativo nas áreas menos desenvolvidas. Nos anos 90 ficou evidente que o atraso das zonas centrais e do oeste seria um empecilho para o projeto de construção de uma China mãos rica e poderosa, já que a estabilidade da sociedade é pré-requisito para os avanços estabelecidos na economia. Portanto, o governo passou a rever suas prioridades, tendo como novo discurso a promoção de um desenvolvimento regional equilibrado.

A reforma tributária de 1994 definiu uma repartição de impostos com o intuito de beneficiar as regiões mais pobres. O nono plano quinquenal visava reduzir as discrepâncias regionais em longo prazo. Evidenciou a importância de um maior investimento em infraestrutura e ampliação dos empréstimos de agências internacionais e de fomento. A estratégia de “desenvolvimento do oeste” de 1999 e do “plano de modernização da base industrial do nordeste” de 2003 foram algumas das ações corretivas iniciais. As políticas efetivas para acelerar o crescimento do oeste e do centro combinam diversas iniciativas, tais como: aumento do investimento governamental com energia e transportes; introdução de novas tecnologias na economia regional; programas de recuperação de áreas ambientalmente prejudicadas em troca da concessão de direitos de uso de terra; facilidades administrativas para residentes fixarem moradia nas áreas mais pobres; além de inúmeros incentivos fiscais para o investimento direto estrangeiro com redução do imposto de renda e facilidade de aquisição de terras. Algumas medidas que subsidiavam a compra de maquinário e sementes para a produção de grãos em 2005 geraram índices positivos nas áreas centrais.

O objetivo de redução das desigualdades voltou a ser pauta do plano quinquenal de 2006 a 2010, entretanto com um novo enfoque da “prosperidade comum”, que eram alinhadas as propostas da nova geração de líderes, o presidente Hu e o Primeiro Ministro Wen, com perspectivas que incluem o ano de 2020. Esse plano quinquenal tem por objetivo específico dobrar a renda per capita em quinze anos. Entretanto o plano não deixa de abranger o incansável objetivo de reduzir a possibilidade de uma sociedade dividida em ricos e pobres e pela primeira vez engloba melhorias na área da educação, saúde. Igualmente ao plano

anterior, prioriza as iniciativas de recuperação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. Entretanto, torna o tema das disparidades regionais menos presente.

Por se tratar de uma economia que após tantas reformas ainda é majoritariamente pobre e em processo de acelerado crescimento econômico, observamos ilhas de desenvolvimento e concentração de renda. Nivelar a sociedade em um determinado padrão de renda e consumo é um conceito utópico.

O estudo elaborado por Fang e Meiyang (2002) afirma que o crescimento chinês é sustentável pelos próximos anos. A justificativa para tal afirmação está atrelada ao argumento de que as principais fontes do crescimento, como aumento do capital físico, aumento da força de trabalho empregada, acumulação de capital humano e mobilidade da mão-de-obra de setores de baixa produtividade para os de alta produtividade, continuam presentes e influenciarão o crescimento do produto de forma bastante similar ao visto nos últimos 30 anos.

4 DESCRIÇÃO DA DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA DOS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO

A China contemporânea não é auto-sustentável em recursos energéticos, pois precisa importar certos combustíveis a fim de dar continuidade ao crescimento. A princípio ainda não se diz capitalista, mas age como tal. A busca incessante pelo lucro faz com que se extraiam cada vez mais elementos da natureza, denominados de recursos naturais.

Os recursos naturais são classificados em dois grupos distintos: os recursos naturais não renováveis e os recursos naturais renováveis. Os não renováveis abrangem todos os elementos que são usados nas atividades antrópicas, e que não têm capacidade de renovação. Com esse aspecto temos: carvão, o petróleo, o gás natural entre outros. Portanto, quanto mais se extrai, mais as reservas diminuem. Já os recursos naturais renováveis têm a capacidade de renovação após sua utilização pelo homem em suas atividades produtivas. Alguns exemplos deles são as florestas a água e solo. Se houver o uso ponderado destes recursos, não se esgotarão.

O presente capítulo busca explicar a dependência da economia chinesa dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Primeiramente fazemos uma descrição do cenário geopolítico, a fim de contextualizar a atual estrutura chinesa. Entretanto, o enfoque principal centra-se nas implicações estratégicas da dependência energética, mostrando as necessidades do país e suas principais dependências externas para suprir a demanda interna.

4.1 SITUAÇÃO ATUAL DO CENÁRIO GEOPOLÍTICO

Percebe-se que a China, na busca de um rápido crescimento econômico, não aproveite lacunas no movimento geopolítico internacional em favor de seus próprios interesses. Sua antiquíssima “diplomacia de bambu”, em alusão ao vegetal que se movimenta de acordo com a direção do vento, trabalha desde 1978 para a criação de um ambiente internacional de paz duradoura. Nesses termos, surge a defesa, por parte da chancelaria chinesa, de um mundo mais multipolar e equilibrado do desenvolvimento, em que as contradições entre as nações sejam postas em termo numa mesa de negociação (JABBOUR, 2004).

O país despontou devido a seu modo particular de aplicação da política interna e externa. Internamente, vinculada à centralização do poder, concentrado em um único partido político, o Partido Comunista, que repreende qualquer tipo de manifestação de caráter social.

No âmbito internacional, está obtendo maior força nas decisões políticas, levando o país a ocupar uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU. O potencial militar contribui para a influência externa, pois detém o maior exército do mundo e enorme arsenal bélico. Diante disso, parece que a China possui um amplo potencial para se tornar uma grande potência mundial, senão a maior. Entretanto, para isso, é necessário que a economia continue crescendo. O desenvolvimento depende de outros fatores que são inerentes a estes supracitados, como as condições ecológicas do próprio país.

Portanto, esta seção tem como principal objetivo mostrar como os chineses adaptaram sua indústria e desenvolveram sua economia levando em conta suas limitações e benefícios naturais, confrontando a vegetação, o relevo a hidrografia com o contingente populacional.

4.1.1 População

Os dados de 2010 mostram que a população chinesa atingiu o patamar de 1,3 bilhões de habitantes. Conforme a tabela 1, a evolução populacional chinesa comprova que o crescimento vem ocorrendo a taxas decrescentes. O maior contingente populacional mundial alcançado por um país traz consigo diversos desafios. Em 45 anos o país praticamente dobrou o número de habitantes. Entretanto, é visível que o crescimento econômico e aumento da renda per capita não foram acompanhados por programas de redistribuição de renda. Fica evidente que a parcela da população que mais concentra capital é a mesma que teve maior crescimento percentual da renda.

Quadro 1 - Crescimento da população chinesa

ANO	1965	1970	1975	1980	1985
População (a)	715,19	818,32	916,40	981,24	1.051,00
ANO	1990	1995	2000	2005	2010
População (a)	1.135,00	1.205,00	1.263,00	1.304,00	1.331,00
(a)em milhões de habitantes					

Fonte: Banco Mundial (2011)

Em outros termos, podemos perceber que a taxa de crescimento populacional é mais baixa do que nas décadas anteriores e reflete os resultados da política do filho único adotada pelo país, que permite um filho para as famílias urbanas e dois para as rurais.

Apesar dos esforços e dos investimentos governamentais no desenvolvimento da industrialização no país, ainda hoje mais de 50% da população vive e trabalha em zonas rurais. Entretanto, a China está passando pela maior onda migratória da história. Esse quadro já foi diferente, pois nos últimos anos as áreas rurais chinesas têm excesso de mão de obra, motivo da migração para os grandes centros. Essa população recém chegada do campo, certamente constituirá um desafio para os governantes, que precisarão prover infra-estrutura e serviços públicos.

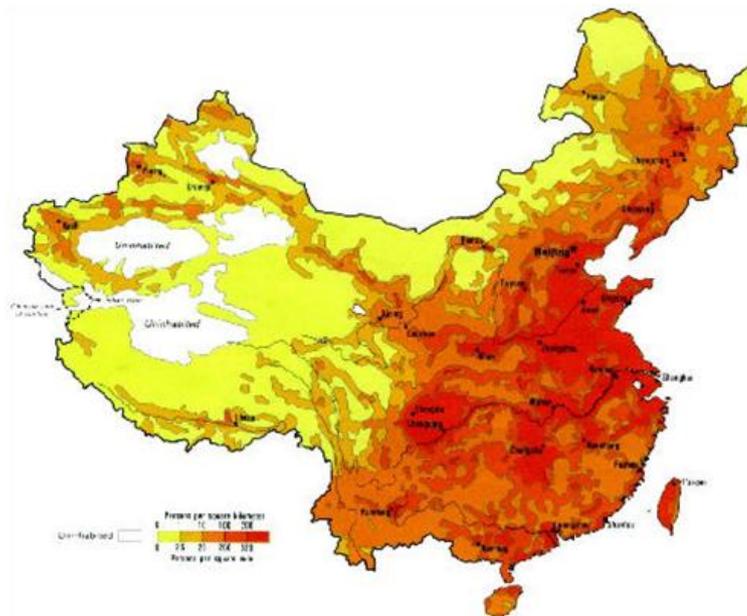


Figura 3 - Densidade populacional da China

Fonte: Banco Mundial 2004.

A figura 3 mostra a densidade populacional na China. As áreas mais escuras mostram a concentração maior de pessoas. No litoral localizam-se os grandes centros urbanos, ao centro oeste estão as áreas rurais. A população chinesa é composta de 93% da etnia Han, que forma a grande massa homogênea, compartilham da mesma cultura, tradições e da mesma linguagem escrita, o mandarim.

Dados do Banco Mundial constatam que no ano de 2004, apenas 2,8% da população estava abaixo da linha da pobreza, entretanto, se transformarmos em contingente populacional isso fica traduzido para 37 milhões de pessoas. Essa é a população total de um país como a

Argentina. Neste contexto, “um país inteiro” dentro da China não tem os recursos necessários para viver.

Para analisar a evolução da pirâmide etária chinesa utilizaremos a figura 4, que caracteriza bem o período de transição de um país de população jovem dos anos de 1970, passando pelos 2000 até a perspectiva para 2050 com a população já bastante envelhecida.

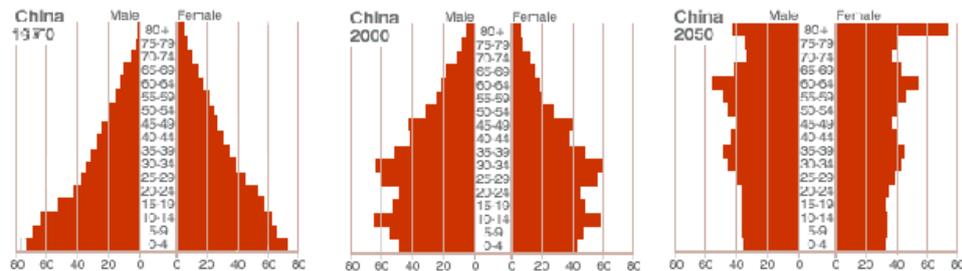


Figura 4 - Pirâmide etária da China

Fonte: US-Census Bureau (2006)

Políticas de planejamento familiar e controle de natalidade foram adotadas inicialmente no ano de 1973, pois a quantidade de habitantes impedia o desenvolvimento sócio-econômico e causava grandes dificuldades de emprego, moradia, transporte e tratamento médico. Dada a pressão sofrida pelos recursos da terra, florestas e águas, se não controlassem eficientemente o rápido crescimento demográfico, seria inevitável, nos decênios futuros, um empobrecimento do ambiente e isto sem dúvida afetaria as condições fundamentais da vida bem como o desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

Entretanto, o grande número de habitantes no país ainda é uma questão relevante na formação de uma sociedade mais modernizada. Através dessa política podemos perceber que em 2000, houve significativa redução na quantidade de habitantes com até 4 anos de idade. Isso mostra que as políticas vêm funcionando. Entretanto, a análise da terceira pirâmide mostra um processo de envelhecimento populacional. Até 2050 haverá um idoso para cada 3 ou 4 pessoas, se essa perspectiva se concretizar, o setor da previdência social terá graves problemas. Esse aumento da expectativa de vida dos chineses também se deve à melhoria das condições sanitárias e de saúde. A partir do momento que o governo provê um sistema que dê acesso a maior parcela da população será possível observar a inversão da pirâmide etária.

4.1.2 Vegetação

A vegetação chinesa caracteriza-se pela distribuição conforme a zona climática e conforme o relevo da localidade. Pelo seu vasto território, podemos encontrar ao longo do país florestas tropicais, subtropicais, temperadas, estepes, desertos e tundra. Na figura 5 apresenta-se a distribuição dos ecossistemas de acordo com as características climáticas e de relevo.

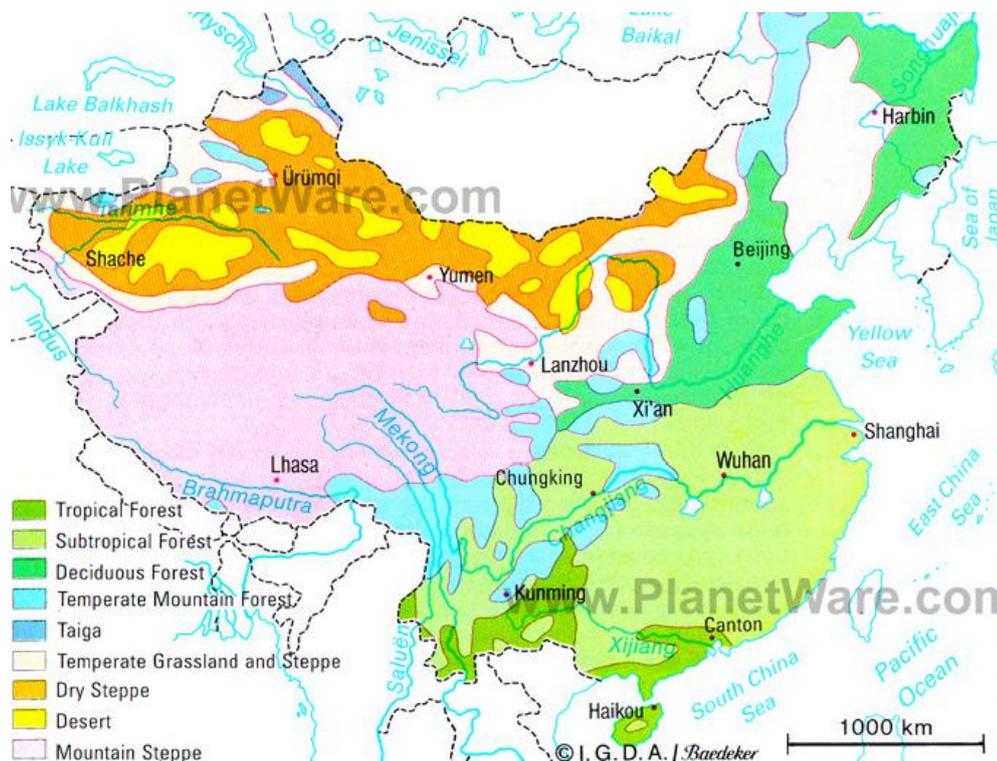


Figura 5 - Vegetação da China

Fonte: Planetware (2011)

É visível que boa parte da área ocupada pela população urbana, localizada ao sudeste do país, a predominância da vegetação é de florestas subtropicais e tropicais. Estas florestas são as mais antigas do mundo, possuem uma riqueza biológica e diversidade inigualável. Entretanto, devido ao êxodo rural e rápida urbanização para estes centros, a região é a que mais está perdendo suas florestas, em uma velocidade maior que qualquer outra região mundial. Além disso, tem o menor número de florestas tropicais primárias. Biólogos chineses projetam para daqui a dez anos a extinção dessas florestas, caso o nível de exploração seja constante.

No nordeste do país verificamos a floresta temperada, ou de folhas caducas, pois as árvores perdem as folhas quando os dias ficam mais curtos e frios, só voltam a crescer na primavera, quando os dias ficam mais quentes e longos. Esta vegetação sofre menos com o êxodo rural do que a floresta tropical e subtropical. Entretanto, as árvores dessa região são cobiçadas devido à utilidade de sua madeira para a fabricação de móveis, navios e principalmente papel. Além disso, por ter uma terra com grande quantidade de nutrientes, muitas vezes as regiões são desmatadas para exploração através de plantações de milhete, soja e uma variedade de sogro.

A região norte de China é tomada de desertos e estepes. Por isso, pouco ocupada. Entretanto, devido a existência dos estepes, a produção de milho, cevada, soja e trigo é bastante relevante na região, entretanto com a agricultura pouco mecanizada. Os estepes ainda servem como pastagens naturais do país.

O sudoeste do país abriga a vegetação de montanha, até mesmo porque nessa região estão localizadas as maiores altitudes do mundo. É difícil o aproveitamento do solo para a agricultura, mas parte do território é utilizada para a plantação de chás. Já a China central tem predominância da vegetação de floresta temperada de montanha, estepe de montanha e gramíneas, por isso concentra grande parte da produção de algodão, trigo, arroz, e de tabaco mais ao sul.

4.1.3 Clima

A China é afetada por três principais fatores climáticos: a continentalidade, os ventos monçônicos e a variação da latitude e da altitude.

Na parte sudoeste do país, na região do Tibete, as montanhas de grande altitude barram as massas de ar frio, ocasionando baixa pluviosidade e vegetação de montanha. O clima desértico e semi-árido ocorre ao norte na província de Sinkiang, devido ao fator da continentalidade. Quando é verão, o degelo proveniente das montanhas, forma rios temporários e oásis que são habitados por grupos nômades. Estas formações são também altamente produtivas.

O clima da região sudeste é classificado como tropical úmido, sendo influenciado por correntes de ar provenientes principalmente do Oceano Índico, por isso, essa região utiliza energia eólica como fonte alternativa.

No nordeste da China, as planícies sofrem com os ventos glaciais provenientes da Sibéria, amassa continental fria e seca determinam as condições climáticas, gerando o clima temperado continental, caracterizado por grandes amplitudes térmicas ao longo do ano, ou seja, enormes diferenças de temperaturas ente o verão e o inverno, além de contar com chuvas irregulares.

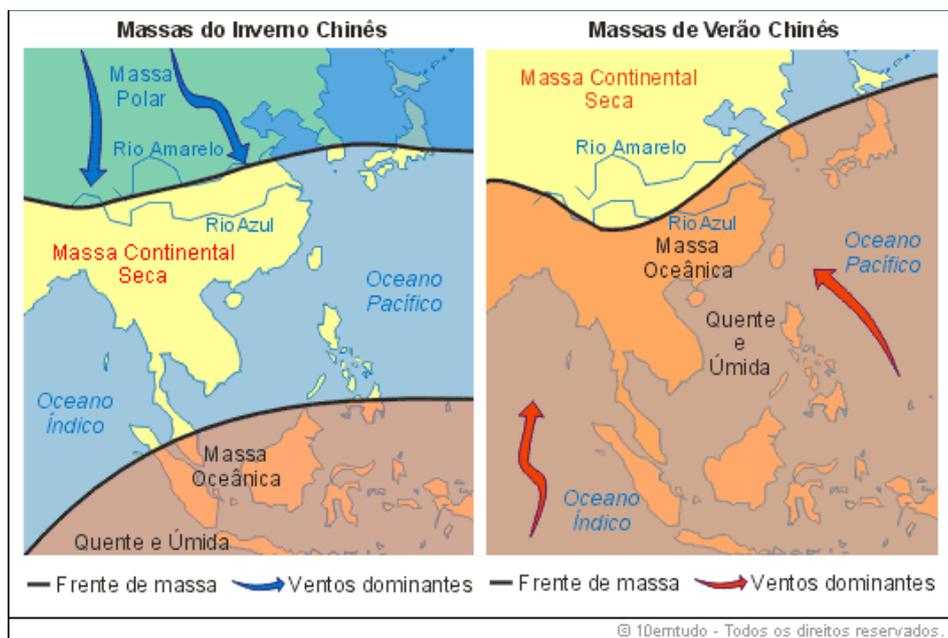


Figura 6 - Massas de ar na China
Fonte: Planetware (2011)

Conforme o a figura 6 é possível perceber que em todo o território chinês as massas de ar exercem grande influência. No verão, a massa polar diminui e a massa continental se desloca para a extremidade norte, fazendo com que o território chinês seja alvo de uma quente e úmida massa oceânica, que se apresenta sob a forma de ventos monçônicos.

Durante um ano, duas monções interferem na região. De outubro a fevereiro ocorre a monção de nordeste e traz chuvas fortes para o lado leste. Ocasionalmente essas temporadas podem causar desastres naturais. De abril a agosto ocorre a monção sudoeste, este normalmente traz maiores prejuízos para os habitantes.

Em resumo, o sudeste e o sul conhecem altas temperaturas ao longo do ano inteiro, inexistindo períodos efetivamente secos, pois as chuvas aumentam na época das monções, chegando a atingir mais de 2.500mm anuais. Neste cenário destacam-se as paisagens de

florestas tropicais. O cultivo do arroz é possibilitado pelas cheias de verão que inundam deltas fluviais, onde se concentra a grande maioria da população chinesa.

4.1.4 Relevo

Através do relevo chinês é possível fazer uma análise bastante precisa da ocupação populacional e as formas de cultivo da região. Por ser bastante diverso e apresentar altitudes muito distintas ao longo do território, é fundamental relacioná-lo com a economia do país, diferenciando as formas de utilização do solo e exploração dos recursos naturais existentes.



Figura 7 - Relevo da China

Fonte: Central Intelligence Agency (2005)

O mapa acima apresenta como se distribui o relevo chinês. No sudoeste apresenta-se o relevo montanhoso, com cordilheiras e planaltos que descem em direção a leste, destacando-se a Cordilheira do Himalaia, com altitudes superiores a 4.000 m. É possível ver, conforme o figura 3, que é uma região pouco habitada, principalmente pela dificuldade de adaptação a altitude. Entretanto, na parte mais central da China, esse relevo permite a existência das plantações de algodão, trigo, arroz, e de tabaco mais ao sul.

Na região noroeste predominam os planaltos da Ásia Central, com destaque para o Sin Kiang, de estrutura sedimentar, onde estão presentes bacias hidrográficas sem escoamento para o mar, fundamentalmente o rio Tarim. Como nessa região a madeira é bastante cobiçada

para exploração, a hidrografia auxilia o escoamento da produção. Já no nordeste, o planalto da Mongólia interior contorna o deserto de Gobi, onde se localiza a planície da Manchúria. O centro-oeste se beneficia do planalto do Tibete para produção de diversos gêneros alimentícios.

Extensas planícies aluviais cortadas por grandes rios apresentam solos extremamente férteis, por isso, grande concentração populacional na região, conseqüentemente, grande depredação da floresta existente no local. Outra região que é bastante afetada pela ação humana está localizada no sudeste, pois a planície da China setentrional, marcada pela presença do Tse-Kiang e dos baixos planaltos da Bacia vermelha, facilita a ocupação da região. Ao sul do Rio Yang Tse-Kiang, os planaltos rebaixados e inúmeras pequenas bacias fluviais que auxiliam a produção de arroz e ocupação humana.

4.1.5 Hidrografia

A China possui mais de 5.000 rios, sendo que o comprimento da rede fluvial atinge mais de 220.000 km de vias navegáveis. A grande parte dos rios chineses possui sua nascente sobre as altas montanhas do Tibete e escoam para o sul, ignorando as áreas desérticas do ocidente. A importância econômica das bacias hidrográficas do país é bastante significativa, podendo ser utilizada como escoamento da produção e como geração de energia.



Figura 8 - Principais rios da China

Fonte: Central Intelligence Agency (2005)

Na figura 8 estão destacados os seis principais rios chineses: o Amarelo, de grande importância econômica devido aos seus vales de terras férteis e importantes jazidas minerais; o Xijiang, que é o maior rio ao sul da China, utilizado para escoar a produção agrícola; o Amur, que possui ligação com a Rússia e grande diversidade de fauna e flora a seu redor; e o Yangtsé, que é considerado fronteira natural entre as regiões culturais do norte e do sul, além disso sua significância econômica é muito relevante, pois nele foi construída a hidrelétrica das três gargantas, que é fonte de geração de energia, escoamento de produção e controle de enchentes; o Bramaputra, onde o clima tropical faz dele um dos vales mais ricos em biodiversidade, sendo as cheias essenciais, pois permitem a fertilização da terra; e o Mekong, que pela sua diversidade e quantidade de peixes, alimenta a população local.

4.1.6 Minérios

Os minérios são essenciais para a economia chinesa, sua indústria é uma das mais importantes do país e a exploração mineral e utilização e proteção dos recursos promovem o desenvolvimento econômico do país. A China não é grande importadora de minérios, devido ao vasto território, existem reservas naturais de diversos tipos para exploração, dando continuidade a alta expansão econômica. A exploração do país satisfaz a demanda do mercado interno, sendo que parte dessa passa a ser exportada.

Os recursos minerais são encontrados em abundância ao longo do país, sendo localizados mais de 171 minerais, os mais significantes economicamente são: o carvão, petróleo e gás, metais ferrosos e minerais não ferrosos.

A maior reserva de carvão mundial está localizada na China, a produção anual atinge mais de mil bilhões de toneladas. A concentração dele está ao norte e nordeste do país, principalmente nas províncias de Shanxi e na região autônoma da Mongólia Interior. O petróleo e o gás natural distribuem-se também ao norte e nordeste e na plataforma continental do sudeste. Sendo que até o final do ano de 1998, a China já havia descoberto 509 campos petrolíferos com 19.900 bilhões de toneladas e 163 campos de gás natural com 19,5 mil bilhões de metros cúbicos. Os minerais ferrosos são encontrados em diversas províncias, com reservas de ferro, manganês, titânio e vanádio. Já os minerais não ferrosos são representados por 80% de terras raras.

4.2 POLÍTICAS E ESFORÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Conhecer as políticas públicas aplicadas na China pode indicar alternativas para a conservação da diversidade biológica bem como para a manutenção dos residentes. São inúmeros os esforços que o governo chinês vem fazendo para conservar o restante dos recursos naturais do país. Um exemplo claro disso pode ser observado pela medida do Conselho de Estado da China que implantou um imposto sobre a venda de petróleo, carvão e gás natural extraído do país. Essa medida não somente reduz a quantidade de recursos extraídos do país como vai evitar que o uso deles gere emissão de gases poluentes ao meio ambiente. Na seção seguinte veremos medidas internacionalmente conhecidas e adotadas pelo governo chinês a fim de conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade, como a economia circular, a educação do consumo sustentável e a cidade ecológica.

Fica evidente que a alteração da estrutura administrativa e de gestão ambiental na China ainda é superficial. Instituições, como o China-US Center for Sustainable Development e o Chinese Academy of Agricultural Sciences, foram criadas, planos diversos elaborados, porém, não foram contemplados aspectos concretos como redução significativa do nível de gás carbônico no meio ambiente. Por isso ainda é prematuro afirmar que o atual governo promoverá a estabilização democrática e conservação de recursos naturais.

Mas persiste a discussão sobre o papel dos chineses na conservação ambiental, cuja participação na gestão das áreas naturais é polêmica. O governo da China pode se inspirar nos países latino-americanos na busca de alternativas à gestão democrática dos recursos naturais. Primeiramente, pela renovação institucional, seguida pelo acerto na definição de uma legislação que contempla conservação do meio ambiente.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos (SACHS, 2002).

5 ATUAÇÃO EM ÂMBITO INTERNACIONAL EM BUSCA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Pela contínua dependência da China em recursos naturais a fim de dar continuidade ao crescimento econômico, primeiramente são apresentadas as questões referentes aos recursos naturais que a China é auto-suficiente e, em seguida, os que ela necessita de auxílio externo para suprir sua demanda e da dependência do petróleo em sua economia. O primeiro a ser abordado será o petróleo, seguido pelo gás natural. Na segunda seção, são abordadas as estratégias da China para equacionar a internacionalização da economia com a utilização dos seus recursos naturais. Para isso, são utilizados os conceitos inovadores implantado na China conhecidos como economia circular, educação para o consumo sustentável e a cidade ecológica.

Nestes termos, evidencia-se a reeducação da população chinesa quanto ao consumo sustentável e práticas de melhor aproveitamento dos recursos existentes. A questão da economia circular e a forma que ela interfere no modelo de produção são abordadas logo em seguida. Logo após, será descrita a importância da ONU e a questão da defesa, por parte dos chineses, do estabelecimento da nova ordem econômica e política internacional, na salvaguarda da paz, no impulso do desenvolvimento, na oposição do hegemonismo. Por último, as consequências das alterações nos modelos de produção perante o mercado internacional são tema de fechamento do capítulo.

O desenvolvimento sustentável equaciona seis princípios básicos, satisfazer as necessidades básicas da população, ser solidário com as gerações futuras, participação popular, conservação dos recursos naturais, elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas educativos. Este é alcançado quando o progresso demográfico se harmoniza com a força produtiva do ecossistema sem comprometer os sistemas que sustentam a vida na terra. A tecnologia, quando mal empregada, pode levar a desastres ecológicos.

A fim de atender a estes seis princípios, é fundamental que as diferenças políticas existentes entre as nações fiquem de lado. Chineses devem criar estratégias junto com outros países que permitam as nações substituírem os atuais processos de crescimento, que são frequentemente agressivos á natureza, pelo desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário que todos os países modifiquem suas políticas, tanto em relação a seu próprio desenvolvimento quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações (OLIVEIRA, 2008).

O tema comum a estratégia de todos os países é a necessidade de ponderar durante o processo de tomada de decisões econômica as questões ecológicas. Afinal, elas estão interligadas. Entretanto, a legislação por si só não impõe um interesse comum. É necessário conscientização populacional e apoio da comunidade, para isso, a descentralização e administração da empregabilidade dos recursos pode ser um caminho eficiente a ser seguido. No âmbito internacional é essencial estimular as iniciativas sociais, dando mais autonomia para os cidadãos agirem. O importante é que os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam buscados com empenho e seriedade e que os eventuais desvios sejam corrigidos com eficiência (OLIVEIRA, 2008).

No seção a seguir, abordaremos o tema da dependência da economia chinesa em recursos naturais para sustentar suas taxas de crescimento.

5.1 A DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA CHINESA DOS RECURSOS NATURAIS A PARTIR DE SUA INTERNACIONALIZAÇÃO

Hoje, cerca de 60% do consumo energético primário do país deriva de carvão e petróleo. Como o carvão tem perdido a importância nos últimos anos, não será parte do estudo atual. Até mesmo porque essa fonte de energia é extremamente poluente e não condiz com o planejamento mundial das sociedades sustentáveis.

É claro, que nenhum ecossistema pode ficar intacto perante o progresso econômico, porém não se pode esgotar os recursos renováveis, para que estes tenham a oportunidade de regenerar-se e crescer novamente (OLIVEIRA, 2008). Quanto aos recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis é preciso limitar o uso exagerado para garantir que não se esgotem antes de haver bons substitutos. Quanto aos chamados bens livres como o ar e a água é preciso diminuir os diversos impactos sobre a qualidade desses bens, a fim de manter a integridade global do ecossistema (OLIVEIRA, 2008).

Neste capítulo serão expostos dois itens de extrema importância para a manutenção da economia chinesa: o petróleo e o gás natural. Além disso, será construída a noção de quanto a China importa e quanto ela se basta em relação a estes dois elementos.

5.1.1 Importância do petróleo

A real importância do ouro negro pode ser percebida inicialmente na segunda Guerra Mundial, quando o Japão buscou controlar o que era na época o quarto maior país produtor de petróleo mundial, o que hoje é a Indonésia. Certamente o petróleo não foi o único motivo pelo qual o país entrou na guerra, mas sem dúvida foi um fator importante. Todo o país precisa de energia para alimentar seu crescimento econômico, portanto, a competição pela fonte energética está cada vez maior. Como o petróleo é uma fonte energética não renovável, seu uso atual impede a utilização do mesmo nas gerações futuras, isso gera perspectiva de conflitos (SWAMI, 2011).

Na sociedade pós-moderna cinco nações são responsáveis por mais da metade das reservas petrolíferas mundiais exploradas. Somente a Arábia Saudita concentra 19,8% do total mundial, seguida pelo Irã, com 10,3% das reservas, o Iraque, com 8,6%, o Kuwait, com 7,6% e os Emirados Árabes com 7,3%. Os produtores de petróleo localizados fora do oriente Médio estão esgotando suas reservas mais rapidamente. Estatísticas feitas pelo *Institute for the Analysis of Global Security* mostram que a tendência é a Rússia ficar sem petróleo já no ano de 2020. Além disso, a Nigéria, que hoje é um país que auxilia a estabilização do preço do barril também irá funcionar somente até 2025. Portanto, o Oriente Médio será, a um futuro não muito distante, a principal fonte mundial de petróleo.

Para os chineses esse cenário é bastante preocupante, já que o petróleo tem desempenhado um papel primordial na manutenção do crescimento da economia das últimas três décadas. Apesar de depender do carvão para as necessidades de energia, é o segundo país em consumo de petróleo do mundo, somente atrás dos Estados Unidos. Hoje, o país investe em fontes alternativas de energia, mas até mesmo as 25 usinas nucleares que estão em processo de construção abastecerão menos de 1% das necessidades do país (SWAMI, 2011).

O gráfico abaixo mostra a evolução do consumo diário de barris de petróleo da China. A análise aqui consiste em três pontos. Primeiro reside no fato que em menos de 10 anos o consumo do país passou de 4.570.000 barris em 2001 para 8.200.000 no ano de 2009. Esse crescimento do consumo foi acelerado principalmente por causa da transição de bicicletas, utilizadas anteriormente pelos habitantes, para automóveis particulares, que estão mais acessíveis desde a entrada da China na OMC em 2001. Além disso, o preço da gasolina vendida no país está entre os mais baixos para países importadores de petróleo. Porém, devemos lembrar a política adotada no Brasil no ano de 2010 com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, ocasionando aceleração na venda de automóveis no país,

entretanto, o governo não se preparou para atender o aumento da demanda por combustível, logo, o preço da gasolina e do álcool subiu consideravelmente.

Já nos últimos dois anos podemos perceber certa estabilização na evolução, consequência principal da busca constante do governo por fontes alternativas de energia.

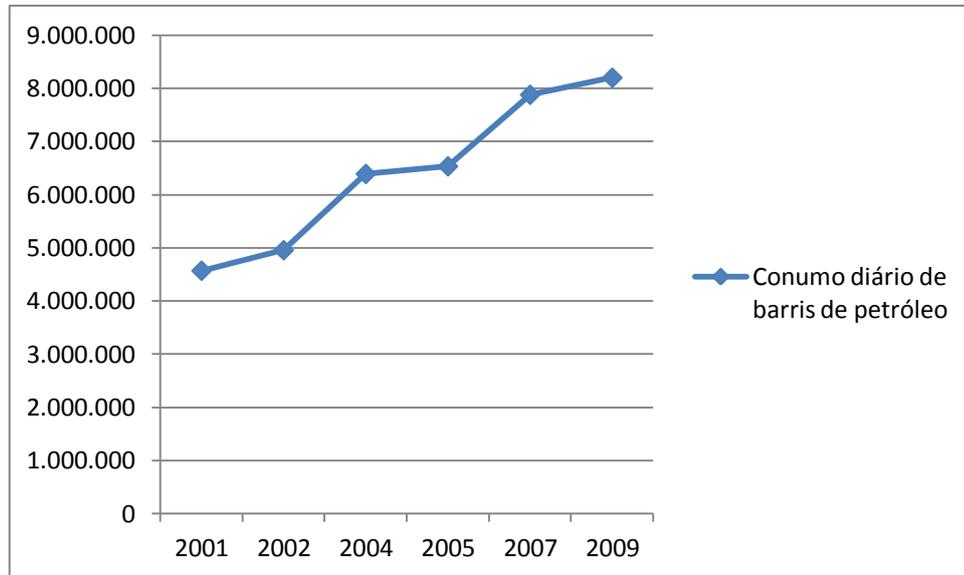


Figura 9 - Consumo diário de barris de petróleo

Fonte: CIA World Factbook (2010)

É indispensável analisar o contraste existente entre a figura 9 e 10, visto que o primeiro mostra o consumo diário de petróleo, e o segundo o quanto desse consumo é importado. No ano de 2009 fica evidente que mais de 50% do total consumido no país foi importado. Como já mencionado anteriormente, em 2009 foram consumido cerca de 8.200.000 barris ao dia na China, destes, 4.210.000 barris ao dia foram importados no mesmo ano.

As empresas petrolíferas chinesas vêm investindo cada vez mais no setor em todo o mundo, porém, a produção total no exterior por empresas de propriedade chinesa não alcança 19% das importações do país, ou seja, em 2009, somente 1.558.000 barris por dia foram importados de empresas chinesas exploradoras de petróleo fora do país. Assim como o resto do mundo, a China vem se tornando cada vez mais dependente da importação do produto.

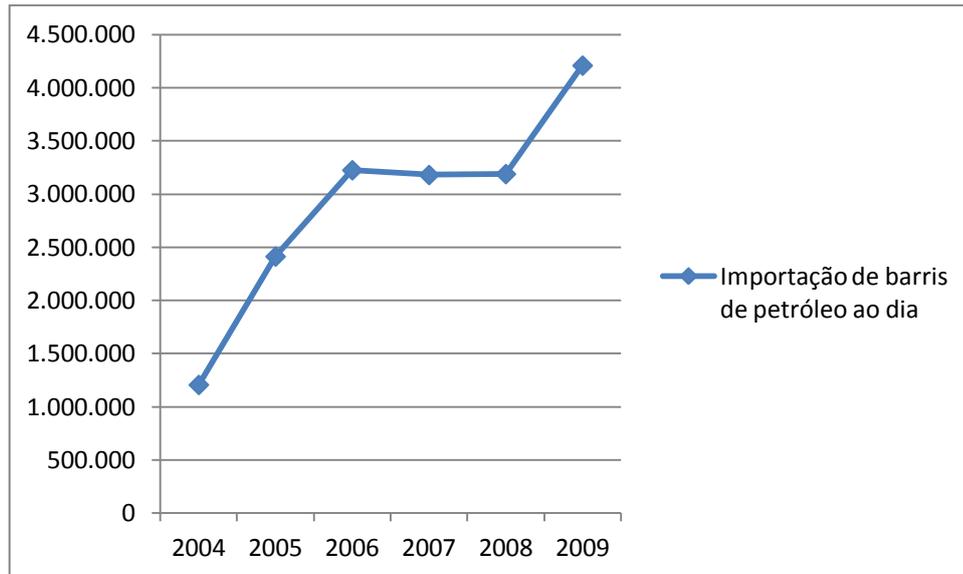


Figura 10 - Importação de barris de petróleo por dia
 Fonte: CIA World Factbook (2010)

Através das figuras 9 e 10 é possível perceber de que forma se dá o financiamento energético do país. O país possui níveis crescentes de consumo de petróleo, entretanto, grande parte do consumo é suprido pela importação do mesmo. Como o Japão durante a preparação para a Segunda Guerra Mundial, a China está cada vez mais dependente de seu crescimento futuro em recursos localizados em países distantes (SWAMI, 2011).

O preço do petróleo comporta-se normalmente como outras commodities, sendo regulado pela oferta e pela demanda. A expectativa de crescimento futura do país depende das importações de petróleo. Para isso, a estratégia chinesa atual para facilitar as negociações é auxiliar o desenvolvimento da infra-estrutura em países produtores de petróleo através da construção de estradas, pontes e hospitais. Além disso, pode recorrer até mesmo ao perdão da dívida nacional e ajuda externa.

A seguir será apresentada a utilização do gás natural na economia chinesa. Visto que ele é a segunda fonte energética mais utilizada no mundo.

5.1.2 Gás natural

O gás natural é, assim como o petróleo, uma fonte de combustível fóssil de energia, ele representa mais de um quinto do consumo total de energia no mundo, sendo a China o oitavo país que mais consome. Ele é uma fonte bastante atraente de energia, pois apresenta

vantagens econômicas e ecológicas. Na evolução histórica considera-se que o carvão foi o motor econômico do século XIX, o petróleo, do século XX e o gás natural será o do século XXI.

Os chineses colecionam uma série de atributos superlativos, e em 2009 conquistou mais um deles. Pois, a última lista divulgada pelo *Carbon Dioxide Information Analysis Center* aponta que dentre os países que mais emitem gás carbônico no mundial a China estava em primeiro lugar, sendo responsável por 23,3% do total da emissão mundial, sendo seguida pelos Estados Unidos com 18,1%. Sendo que nessa lista o Brasil aparece somente em 17º lugar com 1,3% do total da emissão. Sendo que os 10 países que mais emite concentram 67,1% do total das emissões. Isso se deve principalmente devido a sua base energética., conforme o figura 11.

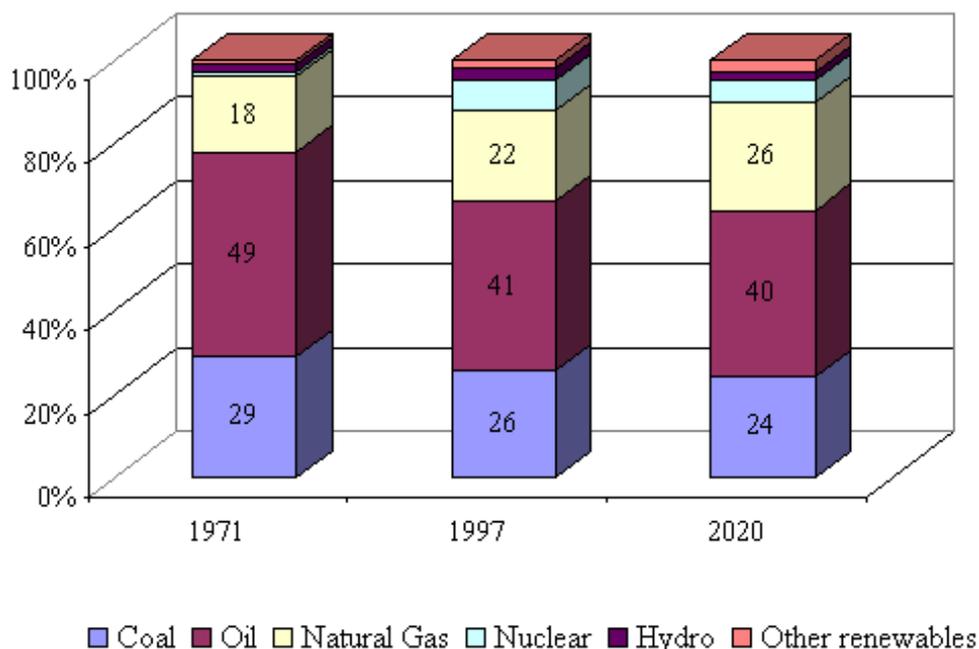


Figura 11 - Fornecimento total de energia primária por combustível

Fonte: World Energy Outlook (2000).

Segundo o a figura 11 o carvão vem reduzindo sua importância ao longo dos anos, em 1971 representava 29% do total do consumo mundial, em 1997 passou para 26% e a tendência é que em 2020 seu consumo chegue a apenas 24%. O petróleo, que em 1971 cumulava praticamente 50% do total do consumo mundial tem perspectivas para que em 2020 seu consumo chegue ao patamar de 40%. A redução do consumo destas duas fontes energéticas está sendo substituída pelo gás natural. Sua importância econômica passou de 18% do total do consumo em 1971, para 22% em 1997 e com tendência a atender 26% do total da demanda

mundial.

Este gás apresenta uma vantagem competitiva sobre as outras fontes de energia, pois é economicamente mais eficiente, já que apenas 10% do gás produzido é desperdiçado antes de chegar ao consumidor final. Além disso, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de extração, transporte e armazenamento são cada vez maiores, a fim de aumentar a quantidade de equipamentos que utilizam este gás.

Não somente um melhor aproveitamento do total produzido o torna mais atrativo, mas também por ser considerado um combustível ecológico e limpo, oferece diversos benefícios ambientais, ou seja, quantidades de dióxido de enxofre emitidas são praticamente insignificantes e o nível de óxido nitroso e dióxido de carbono são consideravelmente menores do que outros combustíveis. Estes fatores auxiliam na redução da chamada chuva ácida, menos influência na camada de ozônio e redução do efeito estufa.

Embora seja uma fonte finita de energia, ela é abundante em todo o mundo. Por isso, sua importância vem crescendo ao longo dos últimos anos, juntamente com os investimentos dedicados a indústria do gás natural. Diversos projetos de gasoduto estão sendo feitos, especialmente após a crise do petróleo de 1970. Não somente os governos, mas os consumidores finais tem tido maior interesse nessa fonte de energia por ser segura e limpa.

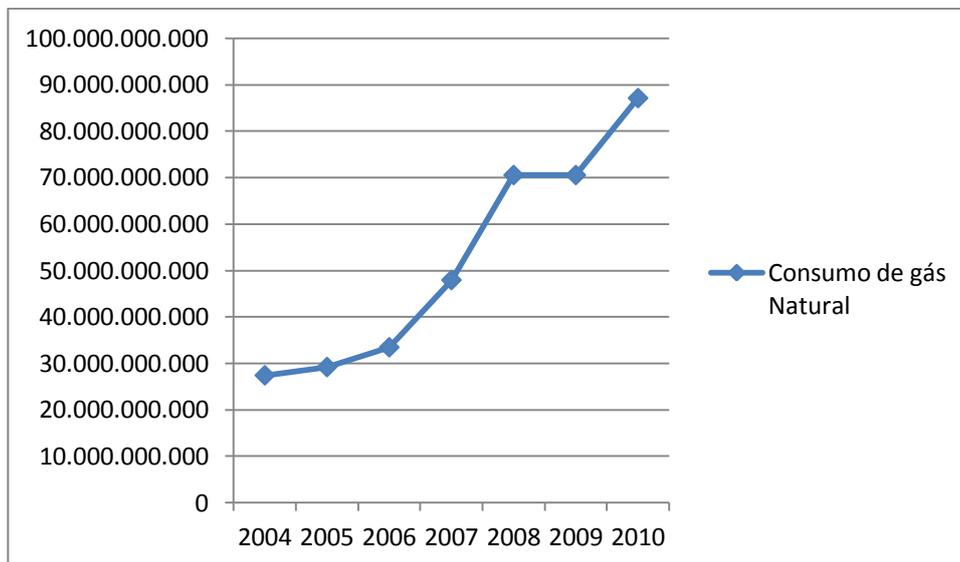


Figura 12 - Consumo de gás natural por ano em metros cúbicos

Fonte: CIA World Factbook (2010)

Através da figura 12 é possível perceber o aumento considerável que este recurso energético tem ao longo de seis anos analisados. Isso se deve ao fato de que a China possui

uma vasta quantidade de gás natural, entretanto hoje ele ainda é pouco explorado. Isso se deve ao fato de que durante anos se utilizou somente o carvão para gerar energia primária do país, pois com as quantidades de recursos existentes no país e a demanda da época era possível ser auto-suficiente. No mundo pós-moderno é difícil manter essa independência energética. Essa dependência se acentua principalmente para um país como a China.

A figura 13 apresenta o quanto de gás natural é exportado pela China. O dado é praticamente irrisório perto do que o país possui capacidade de produzir. Segundo dados do governo chinês a estimativa é que a China possua reserva superiores a 15 trilhões de metros cúbicos de gás natural.

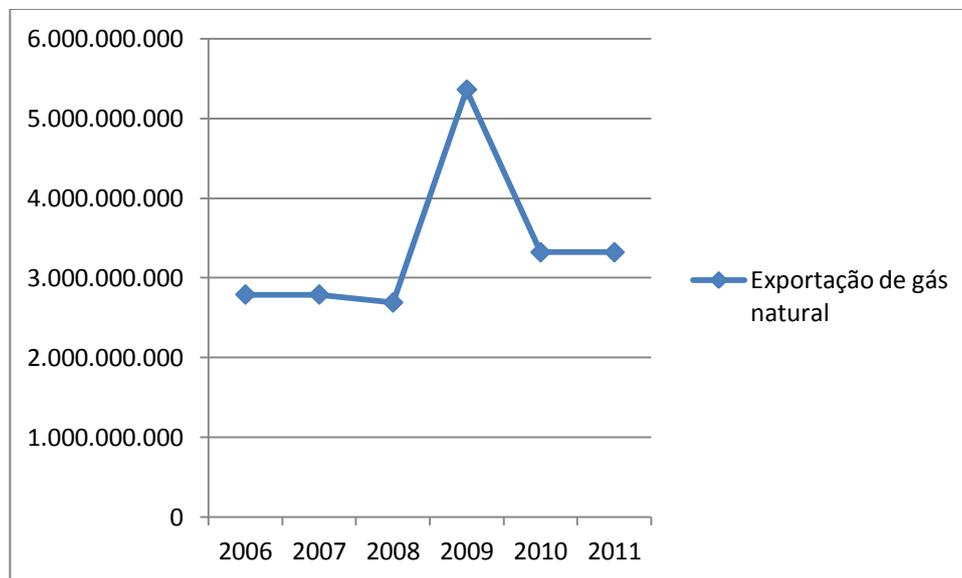


Figura 13 - Exportação de gás natural anual por metro cúbico
 Fonte: CIA World Factbook (2010)

A importação de gás natural da feita pela China, assim como as exportações, são irrisórias comparadas ao consumo. Dados de 2010 mostram que o consumo praticamente chegou a 90.000.000 de metros cúbicos enquanto nem as importações nem as exportações passaram de 10% dessa valor. Vale lembrar que na China, a demanda de gás natural ainda é significativamente menor do que a demanda por petróleo e por carvão.

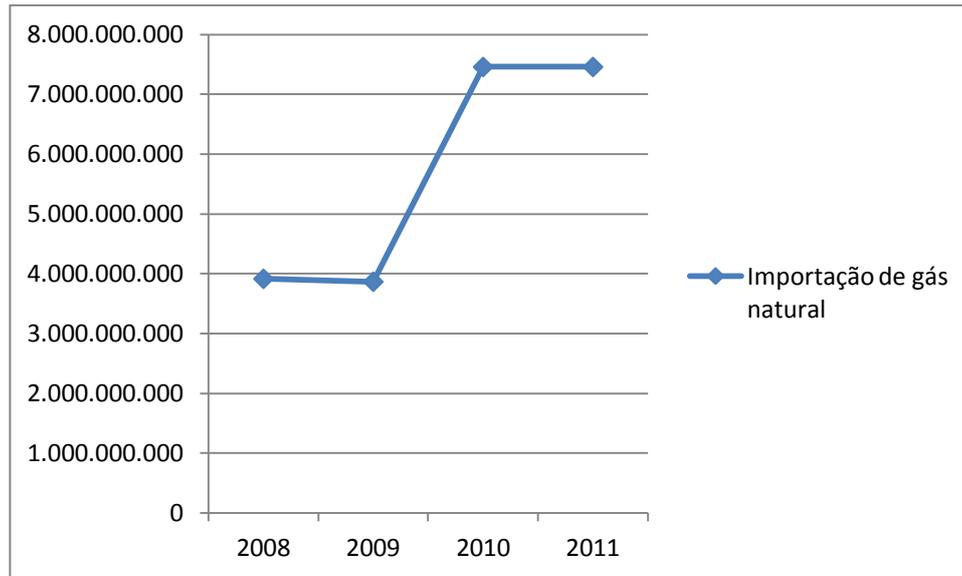


Figura 14 - Importação de gás natural anual por metros cúbicos

Fonte: CIA World Factbook (2010)

Atualmente ele é utilizado principalmente como matéria-prima de fertilizantes químicos, somente 10% do mesmo é consumido como um combustível para geração energética. Sua função no futuro será substituir o carvão, mas enquanto isso, o preço do gás está aumentando, devido a longa distância de transporte e custo de produção. Até agora, os preços de mercado são razoáveis para o mercado e para a margem de lucro das empresas (HIGASHI, 2009).

5.2 ESTRATÉGIAS DA CHINA PARA EQUACIONAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA COM A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O governo chinês argumentou durante muito tempo que os países desenvolvidos poluíram o mundo anos para crescer, mas o discurso contemporâneo mudou. O país está disposto a reverter o título de maior poluidor ambiental do mundo. O objetivo principal atual é diminuir o consumo de matérias-primas e investir em fontes renováveis de energia. Nesta seção serão utilizados aspectos do jogo de dois níveis de Putnam para entender como se dá a internacionalização da economia com a utilização dos recursos naturais, fazendo um contraponto entre o grupo de interesse e a política externa.

Quando se fala da internacionalização chinesa dois pontos principais são cruciais para entender o funcionamento desse processo. O primeiro deles está na entrada de investimento estrangeiro direto no país. E o segundo é a autonomia de sua política macroeconômica voltada ao alto crescimento, principalmente após o ingresso do país na OMC.

Através da análise da tabela 2, referente à evolução da entrada de investimento direto estrangeiro de 1980 até 2006, é possível perceber que o aumento dos fluxos ocorreu a partir dos anos de 1990, derivados das grandes reformas econômicas, sendo que a ascensão dos anos seguintes foi contínua até o ano de 2005. Além disso, é possível constatar que a participação da China como receptora deste tipo de investimento cresceu significativamente ao longo dos anos, atingindo o auge em 2002.

Quadro 2 - Fluxo de investimento estrangeiro direto na economia chinesa

	1980/ 1992 (a)	1980/ 1992 (a)	2002	2003	2004	2005	2006
IED China (US\$ milhões)	2.696	39.906	52.743	53.505	60.630	72.406	69.468
Participação no total (%)							
Mundo	2,4	6,2	8,5	9,50	8,2	7,7	5,3
Privado Países em desenvolvimento	10,5	23,6	31,7	29,9	21,4	23,0	18,3
Ásia e Oceania	17,6	41,0	53,6	46,4	35,5	34,6	26,7
Lesta Asiático	44,2	61,6	77,9	73,6	57,0	62,3	55,2
(a) Média simples							

Fonte: UNCTAD, World Investment Directory (2007)

Ao longo dos últimos 20 anos foi possível perceber mudança não só no fluxo, mas na natureza e na direção do investimento. As fusões e aquisições de empresas tem se tornado parte relevante destes investimentos, juntamente com a expansão de portfólio e formação de megacorporações, principalmente no setor de serviços (ACIOLY, 2005).

O investimento direto estrangeiro foi primordial para alcançar três diferentes objetivos: aumentar a participação do país no comércio internacional, favorecer o acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada e introduzir novas técnicas de administração e gerenciamento de empresas chinesas (LEMOINE, 2000). A fim de orientar o investimento recebido foram criadas as Zonas Econômicas Especiais.

A afirmação da China como pólo mundial da produção industrial gerou grandes transformações na economia asiática, implicando importante “desvio de comércio e de investimentos” na Ásia, deslocando muitos exportadores asiáticos do mercado americano e absorvendo importantes fluxos de investimento direto externo. A estratégia chinesa de acessar

o mercado mundial gerou um extraordinário crescimento de suas exportações e importações, criando para a economia mundial, e para as economias asiáticas em particular, um grande mercado em expansão com forte presença de investimento direto externo (ACIOLY, 2005).

O segundo ponto identificado para entender a internacionalização da economia é decorrente destes fatores supracitados, devido ao perfil da economia chinesa e da autonomia de sua política macroeconômica voltada ao alto crescimento. Graças ao controle dos fluxos de capitais e a sólida posição de seu balanço de pagamentos, a China pode praticar no final dos anos 90 uma política anticíclica fazendo da expansão do seu mercado interno um pólo de expansão para a economia regional (MEDEIROS, 2006). Com a redução das exportações asiáticas no ano de 1997, o país, através do controle do fluxo de capital externo e de suas reservas, tomou como medida a expansão dos gastos públicos e dos investimentos das empresas estatais para dar continuidade à expansão financeira e crescimento do PIB. Essa expansão voltada à construção civil e infra-estrutura manteve a economia aquecida pela geração de empregos. Mesmo com essa expansão interna, a relação de comércio com os Estados Unidos não foi atingida.

Não somente a política anticíclica adotada pelo governo beneficiou o mercado interno, mas também, a criação das zonas voltadas para o progresso tecnológico, juntamente com o planejamento e medidas tomadas por multinacionais. Conseqüentemente, ao longo dos anos, os produtos exportados pelo país tiveram maior valor tecnológico agregado.

Apesar de certas falhas de planejamento do país, como a cidade fantasma, construída para abrigar um milhão de pessoas, hoje apenas 30 mil pessoas ocupam o lugar, é a demanda por residências e bens de consumo que impulsiona o mercado e dita às direções. O êxodo rural tem sido fator influenciador da expansão horizontal, com maior número de famílias com um poder aquisitivo relevante, já a concentração de renda e a introdução de novos padrões de consumo é responsável pela expansão vertical. Os padrões de consumo estão fortemente relacionados com novos hábitos alimentares, e introdução de novos bens industriais.

A China teve de formalizar um planejamento do cenário industrial, a fim de atender à população de maneira eficiente sem causar grandes danos ambientais. Essa percepção permite uma tomada de decisão que seja ágil em virtude do preparo antecipado que o planejamento forneceu ao longo do desenvolvimento. Portanto, no caso de uma crise, ou uma mudança econômica significativa, as empresas que adotarem essa prática, podem sair na frente escolhendo a maneira mais cautelosa de agir. Através da observação do ambiente atual e das tendências chegou-se a três diferentes cenários.

O primeiro cenário se considera o desequilíbrio sócio-econômico do país através do comparativo feito entre PIB e IDH, o desemprego é evidente graças ao volume de migrantes do campo para a cidade em busca de emprego nas indústrias. Entretanto, quando essa mão de obra é empregada, eles se tornam consumidores dos artigos que produzem, gerando aquecimento do mercado. Outro fator está contido no ingresso da China na OMC, já que o país apresenta aprovações técnicas de setores de sua indústria, mas em detrimento de práticas insalubres na participação de mercado, como mão de obra de baixo custo, moeda desvalorizada em relação ao dólar e falsificação de produtos. A China atual se desconstrói e se constrói a partir principalmente da experiência com as relações internacionais de comércio.

O segundo cenário mostra a estrutura de indústria sólida e a balança comercial favorável. O país é visto como um fornecedor universal de manufaturados e serviços, fazendo assim a manutenção do seu crescimento e um desenvolvimento social pouco agressivo, mas contínuo. Por mais que o governo tenha se esforçado para atender as questões de desenvolvimento social, eles sempre ficam atrás das de fundamento econômico. Ainda hoje é tímida a mudança em prol do meio ambiente, as mudanças propostas para um desenvolvimento sustentável são visíveis mais poderiam ser muito mais efetivas. Para esta questão a China teria de passar por um processo de estudo e aplicação de normativas não apenas para a conservação, como também para a retomada exponencial destes parâmetros de modo a se equipar globalmente com os demais na sua faixa da economia. A economia chinesa se torna mista, ampla e requerendo mais adaptações do que se adaptando de maneira efetiva ao parque industrial global (MEDEIROS, 2006). Nesse ponto, diferente do primeiro, a economia se estabilizaria pelo volume de saída de produção e não de consumo interno, sendo peça fundamental para a formação da balança comercial. Consolidando a economia forte, com presença mundial na indústria de consumo e na regulamentação das estratégias.

Já o terceiro cenário expõe a adaptação ao meio ambiente, estando à economia subordinada às influências do mesmo e das pessoas que o representam. Por ter apenas 30 anos de experiência em comércio internacional, a China estuda as relações pessoais na organização, normas técnicas e outras regulamentações comerciais para nortear perante o avanço tecnológico e comercial. As políticas de recursos humanos fariam o valor da mão de obra fosse elevado, alimentaria os sindicatos e valorizaria o trabalho do empregado, elevando-o a posição de consumidor do produto final, igualando-se ao modelo de produção ocidental. Este cenário enquadra-se em uma curva tênue de mudança de gestão. A abertura para a regulamentação de mercado e normatização das condições de trabalho e salariais estaria

alinhada com a idéia de que o país aceitaria esta condição visualizando o crescimento constante, mas desta vez ordenado (MEDEIROS, 2006).

Neste terceiro cenário a China estaria voltada às questões de relação de trabalho e sociais, em consonância com o desenvolvimento sustentável, fazendo seu modelo de crescimento pró meio ambiente. Fica evidente através dos projetos mundiais de conservação e conservação e das tentativas de reposição do que foi degradado pelo homem as pressões externas para os países firmarem acordos e cumprirem as metas propostas. A China, apesar de se encontrar muito atrás no que diz respeito à gestão ambiental, vem adotando estruturas e políticas de regulamentação nesta esfera, a fim de que sejam aplicadas mudanças pertinentes ao desenvolvimento com sustentabilidade. Através destas medidas o governo busca também ampliar a conscientização dos chineses para a questão da preocupação com os elementos da natureza.

Fica claro que apesar de serem pouco expressivas as mudanças tomadas pelo Governo chinesas não vem causando impacto negativo no PIB do país. No quadro 17 é visível que o crescimento ao longo dos anos ocorre, mesmo com medidas para redução de poluentes e conservação ambiental.

Quadro 3 - PIB

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PIB (a)	400	505	452	578	672	731	765
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (a)	783	851	933	1.011	1.131	1.185	1.664
(a) em bilhões de US\$							

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Brasil China (2006)

Já no quadro 4, é possível ver em percentual o nível de crescimento ao longo dos 14 anos expostos. O período de 1998 e 1999 mostra um baixo crescimento do PIB, isso se deve á crise mundial do período, que reduziu significativamente o aumento das exportações do país. Mais uma vez os dados mostram que as medidas tomadas pelo governo para tornar a economia da China sustentável não atingiram o crescimento do país significativamente.

Quadro 4 - Percentual de crescimento do PIB chinês

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PIB (a)	14,2	14,0	13,1	10,9	10,0	9,3	7,8
ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (a)	7,6	8,4	8,3	9,1	10,0	10,1	9,9
(a)% de crescimento							

Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Brasil China (2006)

Algumas das mais importantes medidas que o governo tomou para incentivar a população a agir em conjunto com a conservação do território nacional serão expostas nos itens abaixo.

5.2.1 Cidade Ecológica

Conhecida no país como cidade do futuro, prontamente nos lembramos dos *Jetsons*, dos desenhos animados, mas definitivamente esse não é o conceito empregado no país. A *Ecocity* está sendo construída ao norte, para ser um modelo a ser seguido. Foi projetada para abrigar 350 mil pessoas e deverá receber os primeiros moradores em 2012, sendo que o projeto tem como perspectiva de término em 2025. Os recursos de inovação utilizados na cidade vão desde o aproveitamento da luz natural nas construções a fim de evitar o uso de energia elétrica até a reutilização da água e veículos movidos a eletricidade ou a utilização de bicicletas (ALONSO, 2011).

Esta cidade é prova de que o governo está preocupado com a questão do impacto que o homem vem causando ao meio ambiente.

5.2.2 Educação para o consumo sustentável

Ser sustentável não é deixar de utilizar os recursos naturais, mas sim, promover sua exploração de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir. Até mesmo para as atividades humanas altamente impactantes no meio ambiente como a extração vegetal, a

fabricação de papel e celulose, a agricultura em larga escala e a mineração, a aplicação de práticas sustentáveis nesses empreendimentos revelou-se economicamente viável e em muitos deles acarretou uma melhoria nas finanças no país.

Se a China der mais atenção à sustentabilidade do meio ambiente, contribuirá para gerar um crescimento sustentável, principalmente em localidades onde as circunstâncias físicas, sociais, políticas e econômicas geram grandes variações das taxas de crescimento. Portanto, o desenvolvimento sustentável passa a garantir taxas de crescimento menos instáveis. Isso se dá através dos aspectos qualitativos dessa forma de agir, que dão sustentação a um crescimento contínuo e estável. Entretanto, muitas vezes, pode parecer tentador em momentos favoráveis que o crescimento possa ser dado de forma muito acelerada se não for aplicado técnicas sustentáveis de produção, tomando decisões difíceis entre qualidade e quantidade.

Além do incansável assunto do desenvolvimento sustentável, é importante frisar a importância de um consumo sustentável, que ocorre com respeito aos recursos ambientais, e se dá de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. Salienta a importância da conscientização dos indivíduos em tornarem-se consumidores responsáveis. Exige-se uma necessidade de desenvolver um trabalho educativo, que é essencialmente político, porque implica a tomada de consciência do consumidor como papel de ator social, que transforma o modelo econômico vigente em prol de um novo sistema, com equilíbrio do ser humano na terra (FURRIELA, 2001).

Este consumidor, após ter assumido seu papel social, compreende o que está ao seu alcance e pode exigir que as dimensões sociais, culturais, ecológicas sejam relevantes para o sistema produtivo. Para este consumidor é necessário abandonar o costume do descarte e do consumo excessivo como sinônimo de bem estar, visto que esses conceitos passam a ser adotados como sendo de comodismo e estagnação.

Não se pode deixar de analisar os diferentes níveis de poder de compra que existem na sociedade. Quando tratamos de consumo sustentável, devemos ressaltar que devem existir alterações no consumo insustentável dos mais ricos e adequação nos padrões de consumo dos mais pobres, incluindo patamares mínimos de dignidade social. Novamente lembrando o conceito de igualdade de justiça e social.

Hoje a exploração desenfreada causa alteração no habitat natural, a consequência disso tem sido a destruição dos recursos existentes, entretanto, o que acaba acontecendo é uma

verdadeira devastação do meio ambiente, visto que a natureza não possui tempo o suficiente para se reerguer. Destacam-se exploração de madeira, mineração, agricultura, pesca marinha, alteração e canalização de cursos hídricos, expansão de malhas urbanas. Isso tem acarretado o declínio de populações da fauna e da flora e o desequilíbrio de inúmeros ecossistemas. A demanda de celulose da China é tão grande que ela se tornou o maior importador da matéria prima do Brasil.

As ações para se alcançar o consumo sustentável devem ser promovidas no nível micro e macro, ou seja, desde o lar ou local de trabalho ou estudo até as empresas e instâncias públicas, nacionais e internacionais. O grande desafio que se coloca para os cidadãos, as empresas e os governos é buscar um conjunto de medidas, diretrizes, propostas, projetos, enfim, ações no sentido de promover o consumo e a produção sustentáveis. Isso só vai se tornar possível pelo incremento das iniciativas educacionais no campo do desenvolvimento sustentável. Além dessas iniciativas educativas, deve-se buscar integrar uma série de instrumentos para se alcançar os fins últimos do consumo sustentável. Medidas complementares de ordem cultural, política, jurídica, econômica, científica, artística, institucional, dentre outras, devem ser amplamente promovidas e divulgadas a fim de consolidar no Brasil a consciência e a prática da produção e do consumo sustentáveis (FURRIELA, 2001).

Para assegurar o consumo sustentável é necessário que o governo esteja disposto a não medir esforços para estimular o crescimento com segurança. Além disso, o funcionamento dos órgãos que regulamentam o Estado é fundamental para garantir a prevalência do princípio de direito. Uma governança precária, que é cercada de escândalos, corrupção, lentidão burocrática são forças que fazem o crescimento sustentável de desacelerar ou retroceder. Muitas vezes os interesses particulares de sobrepõe aos sociais, o que deixa em segundo plano o bem estar social.

5.2.3 Economia Circular

A Economia Circular surgiu na China como uma ferramenta capaz de operacionalizar ações na área da produção e da indústria que reduz danos ao meio ambiente, gerando emprego e renda, contribuindo para o crescimento econômico do país (LOURENÇO;

CHIARAMONTI, 2008). Portanto, ela é uma forma alternativa para exploração dos recursos naturais, que são limitados e indispensáveis para a continuidade do crescimento do país. Para isso, foi adotado na China esse novo conceito de produção, a fim de solucionar o problema que o país tem em se relacionar de forma harmônica com seus recursos naturais, sabendo quais são as limitações do seu ecossistema.

A organização social deve coexistir através de um vetor retro-alimentação de recursos, produção e regeneração de recurso (BOULDING, 1966). Posteriormente este conceito foi adaptado a fim de equacionar o rápido crescimento econômico e a escassez de matérias primas e energia. O processo não interfere somente na produção dos bens de consumo, mas também no consumo destes bens produzidos.

O grande avanço dessa forma de lidar com os recursos disponíveis é que a forma que eles são utilizados permite o reaproveitamento, reduzindo o desperdício e a geração de dejetos. Diversidade significa que a economia deve estar formada por empresas que se adaptem à saída de uma firma do ciclo de reciclagem e a substitua por outra que possa cumprir o papel de fornecedora ou consumidora de materiais recicláveis (LOURENÇO; CHIARAMONTI, 2008). Portanto, as empresas precisam ser adaptáveis e flexíveis as mudanças econômicas e às condições ambientais.

O modelo de Economia Circular foi empregado na China somente no ano de 2002, através de uma lei federal, que a empresa que utilizar a produção limpa, através da conservação de água e energia e redução de resíduos sólidos, deverá obter preferência governamental. Além disso, a educação da população e dos consumidores chineses deverá receber um maior foco. Já que estes fiscalizarão dos produtos e poderão cobrar das autoridades e evolução do processo.

Para reduzir o custo com transporte e facilitar o reaproveitamento dos resíduos de uma empresa para serem reaproveitados ou usados como matéria prima em outra indústria, foram criados dois tipos de parques industriais na China. Um deles é conhecido pela localização em aglomerados das indústrias, facilitando a sinergia entre elas e aumentando a possibilidade de integração e cooperação entre elas. O outro é conhecido como virtual, pois a área física é mais abrangente e possui maior diversidade de atores envolvidos, gerando maiores possibilidades de encaixe entre os fatores de produção.

A Economia Circular maximiza a utilidade da exploração dos recursos naturais, buscando a conservação dos mesmos. Ao se formalizar um Parque Industrial Ecológico, há

possibilidade de atingir empresas de diferentes localidades, sendo que nas áreas rurais tornam-se mais importantes, pois geram novas tecnologias e mais empregos.

Formou-se assim o conceito de Indústria Circular, através da qual são planejadas e formadas estratégias de redução, reuso e reciclagem dos recursos. Solucionando o problema da linearidade dos processos produtivos contemporâneos (LOURENÇO; CHIARAMONTI, 2008). Os recursos escassos são utilizados de forma mais consciente, através da reciclagem e reaproveitamento de fluxos energéticos, configurando uma economia em consonância a um desenvolvimento sustentável. Não é apenas uma ferramenta sócio-econômica, mas é essencial para avançar no conceito de equilíbrio entre crescimento e manutenção do meio ambiente.

5.3 CONSEQUÊNCIAS DA ALTERAÇÃO DO MODELO DE PRODUÇÃO PERANTE O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO INTERNACIONAL

A China é exemplo para muitos países devido sua alavancagem no mercado industrial de consumo. A pelo menos dez anos atrás, sua expressão em produtos de consumo era limitada por seu volume de negócios e pela qualidade de seus itens colocados neste mercado. Normalmente estes estavam a um baixo nível, em razão do baixo custo, eram caracterizados como descartáveis. Mas, em uma década, a China passou de uma nação basicamente agrícola para uma grande potência industrial e exportadora, sendo que sua penetração está em âmbito mundial e afeta as grandes potências em seus principais mercados de base, como por exemplo, a indústria têxtil do Oriente Médio, a indústria bélica Norte Americana, a de calçados na Europa Ocidental, e até mesmo de forma indireta a indústria alimentícia em qualquer parte de nosso planeta, em razão da exportação também de sua cultura, esta hoje mais do que nunca em voga em todas as nações. (ALVES; TREVISAN, 2009)

Consequentemente, quanto ao fator exportação, a China é menos dependente das importações da Europa, visto que não há extrema necessidade de importar bens de capital e insumos de produção, pois eles já são produzidos internamente. A migração do campo para as grandes metrópoles acentua este cenário. É fato consumado que o governo está com uma mudança no foco de desenvolvimento, pois existe preocupação com o meio ambiente. Antes, o objetivo principal era a maximização de recurso e resultados. Mas, gradativamente formou-se a concepção de que os recursos naturais precisam ser bem aproveitados. Assim, o

pensamento social, mesmo que embrionário, associou o ser humano e suas necessidades, ao trabalho e suas relações com a economia global e a necessidade de preservar o meio ambiente.

Nunca antes na história mundial a maior potência em termos de crescimento e PIB foi um país em desenvolvimento, sempre o país em foco já era um país desenvolvido. A China mudou esse cenário, a economia que ditará as regras e o país dominante no mundo não será do ocidente, mas terá raízes civilizatórias muito diferentes. É uma ilusão pensar que enquanto os países se modernizam eles se ocidentalizam. A China permanecerá com seus fundamentos originais inalterados, sendo diversificada em sentidos culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dependência chinesa dos recursos naturais em relação ao seu desenvolvimento, durante o processo da internacionalização, pode ser percebida através da preocupação, ainda que modesta, do governo na conservação ambiental. Entretanto, acredito que o crescimento da economia da China não é inteiramente dependente dos próprios recursos naturais. Visto que, ao longo da pesquisa, percebe-se que os fatores responsáveis pelo crescimento econômico do país são outros, como a desvalorização da moeda perante o dólar e o investimento direto estrangeiro. Para equacionar esses fatores, poderemos aplicar a lógica de Putnam, através da qual eles são divididos em dois. Os domésticos, tais como baixo índice de inflação, estabilidade cambial e investimento em capital fixo e humano. E os fatores externos como, entrada significativa de investimento direto estrangeiro, crescente superávits comerciais, devido à grande exportação de produtos manufaturados, baixo nível de endividamento externo e maior grau de abertura comercial e financeira.

Além disso, os dois níveis de Putnam são válidos para equacionar a política interna e a externa. Trata-se de internamente dosar a exploração dos recursos naturais a ponto de conseguir conservá-los sem reduzir o crescimento econômico. Já na esfera externa trata-se de ter a garantia de poder comprar recursos energéticos por um preço justo e buscar incansavelmente o bom relacionamento com outros países e organizações internacionais. Entretanto, para concretizar esse ideal serão necessários programas de inclusão e educação social. Não basta para uma nação manter o crescimento do PIB elevado sem respeitar seus recursos naturais, pois a herança que será deixada para as gerações futuras não será suficiente para justificar o preço que estará sendo pago.

Entretanto, acredito que para a China continuar mantendo as médias das taxas de crescimento econômico dos últimos anos, é imprescindível que haja mudança no comportamento perante os recursos naturais. Já que fatores como moeda desvalorizada ou entrada de capital estrangeiro não fornecem diretamente condições para manutenção do crescimento e desenvolvimento da sociedade em geral. Nestes termos, a necessidade de acesso à água e a alimentos são essenciais para que a mão-de-obra chinesa possa produzir os bens financiados pelo capital estrangeiro e exportados principalmente devido à desvalorização da moeda perante o dólar.

A pesquisa mostra que as estratégias utilizadas pelo país para equacionar a internacionalização da economia com a utilização dos recursos naturais são bastante prematuras. Apesar de projetos como o da criação de uma cidade ecológica, redução na utilização de combustíveis fósseis e a adesão chinesa a diversos acordos internacionais relacionados com redução da poluição ambiental, os resultados efetivos dessas mudanças ainda são pouco visíveis. O desmatamento do sudeste chinês, provocado pelo êxodo rural, é prova de que não somente o governo precisa tomar medidas de conservação ambiental, mas a população em geral deve ser conscientizada da importância do tema.

Apesar de não conseguir comprovar que o crescimento chinês é diretamente dependente dos recursos naturais. A pesquisa mostrou que a manutenção da qualidade de vida da população, que promove mão-de-obra para o crescimento econômico, deve ser dada pela conservação dos recursos naturais, na medida em que eles servem aos chineses de diferentes formas.

A metodologia utilizada na pesquisa foi adequada, visto que consolidou uma base sólida de informações. Nesses termos, mesmo fazendo a pesquisa fora da China, foi possível entender como o sistema econômico do país funciona, quais as necessidades para que sua manutenção possa ocorrer e os principais problemas que se apresentam para o futuro.

Ao longo dos últimos 30 anos, a reestruturação econômica da China mostrou que não somente a população, mas os governantes do país querem ter reconhecimento internacional, através de políticas expansionistas. Estas deixaram para trás as estratégias isolacionistas que dificultavam o crescimento econômico do país. O aumento no número de habitantes, a elevação do PIB, o êxodo rural, a rápida urbanização e crescimento da renda per capita, são fatores explicam direta ou indiretamente o aumento da exploração dos recursos naturais. No período pós-reforma, o posicionamento da China no mundo ganhou destaque, não somente em termos de crescimento do PIB, mas em termos políticos dentro da Ásia e no embate as demais economias mundiais.

A ascensão pacífica chinesa foi um sucesso. Explorar o mercado interno foi essencial para o país. Convertendo a poupança interna em investimentos fez com que a capacidade produtiva fosse aumentada e conseqüentemente ocorreram melhoras significativas na produção. O “Grande Salto Adiante” proposto por Mao Tsetung, em 1958, pode ser visto hoje como um precursor das idéias revolucionárias que transformaram a China no que ela é hoje. O desejo dos chineses em tornar o país uma nação desenvolvida e igualitária através da coletivização da indústria e do campo certamente já foi consolidado.

Os estudos em geral mostram a taxa de câmbio e o investimento direto externo como principais fatores para justificar o crescimento chinês. Além disso, a tentativa dos chineses de consolidar as relações regionais, aprofundar a internacionalização do seu mercado interno e garantir o controle governamental sobre a taxa de investimentos são elementos que sustentam a autonomia do elevado crescimento dos últimos anos. Mas o grande dilema é o preço que se paga por isso.

É visível em âmbito internacional que os esforços não tem sido em vão. O país hoje que mais cresce também tem se tornado adepto ao desenvolvimento sustentável, por mais que os membros do partido único da China sejam centralizadores das decisões políticas, já perceberam a importância intrínseca do desenvolvimento sustentável. As negociações como o Relatório de Brundtland e a conferência Rio 92 são exemplos tangíveis de que existe possibilidade de realizar uma mudança estrutural no quadro sócio-econômico atual.

Primeiramente, neste trabalho, foi possível perceber que embora o governo esteja preocupado com as questões de conservação dos recursos naturais, ele ainda dá os primeiros passos rumo ao desenvolvimento sustentável. Os chineses passaram da auto-suficiente matriz energética, dos anos de 1990, para uma dependência da importação de petróleo de cerca de 50% da sua utilização.

Durante o trabalho, ainda pode ser percebido que o território da China é abundante em recursos naturais. Sua vasta extensão territorial e localização geográfica favorecem a exploração humana. Entretanto, o desmatamento das florestas tropicais do sudeste, proveniente do êxodo rural, alerta para o possível colapso ambiental do país. Além disso, é visível que durante um tempo o pretexto utilizado para não formar acordos internacionais de redução de poluição, foi o de que os países, hoje desenvolvidos, poluíram o mundo indiscriminadamente durante anos para conseguir se consolidar como potências mundiais, mas a China não teve essa liberdade.

Visto isso, a presente pesquisa conclui que a continuidade do crescimento só poderá ser dada através da conservação e restauração do patrimônio natural, tendo como parceiros agentes do setor privado, a Organização das Nações Unidas e políticas internas de conservação e recuperação dos recursos naturais. Entretanto, no caso chinês, essa manutenção só será dada se estiver atrelada ao câmbio fixo ao dólar, o que deixa o Yuan desvalorizado e o aumento dos Investimentos Estrangeiros Diretos.

As perspectivas para a China são bastante preocupantes. O envelhecimento da população e as pressões de movimentos ligados ao meio ambiente causarão respectivamente

aumento do gasto em saúde e previdência e necessidade de maior desenvoltura por parte dos governantes para equacionar crescimento a conservação dos recursos naturais. Assim, o governo terá de lidar com os diversos fatores adversos para dar continuidade ao crescimento econômico do país. A reflexão que deve ser feita contempla o paradoxo existente entre o crescimento econômico e o bem estar social, mediante ponderação quanto à conservação dos recursos naturais.

Por fim, a questão do desenvolvimento sustentável, atrelado às questões da conservação dos recursos naturais é um assunto já bastante discutido no Brasil, entretanto, não existem muitos trabalhos que discutem essa questão na China. Acredito que esse assunto, ainda que discretamente, influenciará de forma mais efetiva os próximos passos da economia mundial, sendo um importante tema a ser desenvolvido pelas pesquisas nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ABI-SAD, Sérgio Caldas Mercador. **A potência do dragão: estratégia diplomática da China**. Brasília: UNB, 1996.
- ACIOLY, Luciana. **China: uma inserção externa diferenciada**. 2005.
- ALONSO, Olivia. China constrói cidade ecológica para 350 mil pessoas. **IG Notícias**, 2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/expedicoes/china/china+constroi+cidade+ecologica+para+350+mil+peessoas/n1597045604718.html>> Acesso em: 18 set. 2011.
- ALVES, Adriano Batista; TREVISAN, Leonardo Nelmi. **Criando cenários com a China industrial: um estudo sobre as transformações no desenvolvimento sustentável**. 2009. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/icim2009/ingles/downloads/papers/TL_078_ArtigoCI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.
- ARAÚJO, Fábio Tadeu, **Procurando os Limites do Crescimento**. 2005.
- BANCO MUNDIAL. **China Data and Statistics**, 2008. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,menuPK:318956~pagePK:141159~piPK:141110~theSitePK:318950,00.html>>. Acesso em: 09 set. 2011.
- BAHIA, Carolina. Dilma vai à China turbinar vendas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 abr. 2011.
- BELINKY, Aron. **Rio+20: expectativas e soluções**. 2011. Disponível em: <<http://aronbelinky.blogspot.com/>> Acesso em: 18 out. 2011.
- BOULDING, K. E. *The economics of the coming spaceship Earth: resource of the future*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1966.
- BRANDT, L., HUNG, J. LI, G, ROZELLE, S. Land Rights in China: facts, fictions and issues. **The China Journal**, n. 47, p. 67-97, mês-mês 2002.
- CAPELETTO, Anita Ouriques. **Atuação Nacional e Internacional da República Popular da China em busca de Segurança Alimentar**. 2009
- CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. 1994.
- CHINA statistical years book. 2008. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2008/left_.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.
- CHOW, Gregory C. **China's Economic Transformation**. 2nd ed. Cidade: Editora, 2007
- CHOW, Gregory C. **The Impact of Joining WTO on China's economic**, 2002. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~gchow/WTO.pdf>> Acesso em: 13 out. 2011.

CUNHA, André Moreira da; ACIOLY, Luciana da Silva. **China: Ascensão à Condição de Potência Global características e implicações**. Brasília IPEA, 2009, v.2

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. S.d.

ELVIN, Mark. **Retreat of the Elephants: An Environmental History of China**. 2004.

ELVIN, Mark and Liu, Ts'ui-jung, eds. **Sediments of Time: Environment and Society in Chinese History**. 1998.

FAIRBANK, John King. GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. 3ª edição. Porto Alegre, RS: L&M, 2008.

FAND, G. e MEIYAN, W.. **How Fast and how far can China's GDP grow?** China & World Economy, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **Quente, Plano e Lotado**. 2010.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação para o Consumo Sustentável**. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/47-55.pdf>, 2001> Acesso em: 12 set. 2011.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Marco Antonio Tourinho. **Economia Mineral Chinesa e sua Influência no Comércio Brasil-China**. 2009. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/programas_projetos/Projeto-Economia_Mineral_da_China.pdf> Acesso em: 09 ago. 2011.

GARVER, John W. **Protracted Contest: Sino-Indian Rivalry in the Twentieth Century**. 2001. University of Washington Press, Seattle.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Recod. 1997.

GOLDSTEIN, Avery. **The diplomatic face of China's Grand Strategy: a rising power's emerging choice**. *China Quarterly*, v. 168. 2001.

GUSTAFSSON, B. **Scope and Limits of the Market Mechanism in Environmental Management**. 1998.

HIGASHI, Nobuyuki. **Natural Gas in China: Market evolution and strategy**. Disponível em: <http://www.iea.org/papers/2009/nat_gas_china.pdf> 2009. Acesso em: 07 out. 2011.

HUANG, H, WANG, S. **Exchange rate regimes: China's experience and choices**. *China Economic Review*, No. 15, pp.336-342, 2004.

HUTTON, Will. **O aviso da muralha: a China e o Ocidente no século XXI**. Traduzido por Roberto Melo, São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Infra-estruturar em energia e transportes e crescimento econômico na China.** 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2009b/547/China%20fator%20geopolitico.htm>> Acesso em: 05 out. 2011.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acesso em: 02 out. 2011.

JI, Zhaojin. **A History of Modern Shanghai Banking: The Rise and Decline of China's Finance Capitalism.** 2003.

KINBERG, Judith F.; FAUST, John. **China in World Politics: Policies, Processes, Prospects.** Boulder: Lynne Rienner Publisher, 2 ed, 2005.

KRUGMAN, P. **Analytical Afterthoughts on the Asian Crisis.** Mimeo, Princeton University. 1999.

LAGO, do André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas.** 2007.

LEMOINE, Françoise. **FDI and the opening up of China's economy.** CEPII, 2000.

LOURENÇO, Marcus Santos; CHIARAMINTI, Cristiano. O desenvolvimento sustentável e a economia circular: a experiência chinesa. 2008. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_18.pdf> Acesso em: 21 out. 2011.

LYRIO, Fernando. Entrevista sobre Rio+20. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=g8Uz9hkX8iA>> Acesso em: 17 out. 2011.

MASIERO, Gilmar, **O Modelo de Desenvolvimento Chinês na Virada do Século XXI.** 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional.** 2006. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/10.pdf>> Acesso em: 22 out. 2011.

MENZIES, Gavin. **1421 O ano em que a China descobriu o mundo.** 7.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.

MOTTA, R. Serrôa de, **Internacionalização de Custos Sociais e Ambientais nos Projetos de Desenvolvimento.** IPEA. 1992

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth** (2007)

OLIVEIRA, Amaury Porto de, **A China em Busca da Terceira Reforma Agrária.** 2005a.

OLIVEIRA, Carlos Afonso Barbosa de. **Reformas Econômicas na China,** 2005b.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O Despertar da China: 1980-2002 crescimento acelerado.** 2ª edição São Paulo: Aduaneiras, 2002.

OLIVEIRA, Idelma Pereira de. **Em Busca Do Desenvolvimento Sustentável,** 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/em-busca-do-desenvolvimento-sustentavel/7795/>> Acesso em: 22 out. 2011.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia.** Ed. Saga. Rio de Janeiro. 1969.

PRASAD, E.; T. RUMBAUGH; e Q. WANG., **Putting the Cart Before the Horse? Capital Account Liberalization and Exchange Rate Flexibility in China.** IMF Policy Discussion Paper, Asian and Pacific Department, 2005.

PEREIRA, Lia Valls, FILHO, Galeno Tinoco Ferraz. **O acesso da China á Organização Mundial do Comércio:** implicações para os interesses brasileiros. FUNCEX. 2005.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **China a ascensão pacífica da Ásia Oriental.** 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200004> Acesso em: 17 out. 2011.

PINHEIRO, Letícia. **Restabelecimento de Relações diplomáticas com a República Popular da China:** uma análise do processo de tomada de decisão. Estudos Históricos. Vol 6, 1993.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and domestic politics:** the logic of two-games. International Organization. Vol. 42 The Mit Press, 1988.

RAWSKI, Thomas G. and Lillian M. Li, eds. **Chinese History in Economic Perspective,** University of California Press, 1992.

RESK, Sucena Shkrada, **O Que Esperar da Rio+20,** 2011.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001. 2ª ed.

ROMERO, Thiago, **China: crescimento industrial superior a 16% ao ano pode levar à crise de abastecimento energético.** S.d.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI.** São Paulo: Nobel, 1994.

SHEEHAN, Jackie. **Chinese Workers: A New History.** Routledge, 1998. 269 pp.

SHIN, Wong K. **A China explicada para brasileiros.** São Paulo: Atlas, 2008.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** 1776.

STUART-FOX, Martin. **A Short History of China and Southeast Asia: tribute, trade and influence.** 2003.

SULEIMAN, Amanda Battaglini. **O desenvolvimento econômico chinês pós 1949,** São Paulo, FAAP, 2008, 45p. Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alves Penteadó.

SUKUP, Viktor. **China frente à globalização: desafios e oportunidades.** 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 12 out. 2011.

SWAMI, Praveen. **Why oil is on important to China.** 2011. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/energy/oilandgas/8369641/Why-oil-is-so-important-to-China.html> Acesso em: 27 out. 2011.

TANG, Charles. **Há nichos de mercado na China para indústria brasileira.** 2009. Disponível em: http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5238 Acesso em: 25 out. 2011.

TREVISAN, Cláudia. **O renascimento do império China.** São Paulo, ed Planeta do Brasil, 2006.

VIEIRA, Flávio Vilela. **China: crescimento econômico de longo prazo.** 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300005 Acesso em: 10 out. 2011.

VIEIRA, Flávio Vilela, VERÍSSIMO, Michele Polline, **Crescimento Econômico de Longo Prazo na China: Uma Investigação Econométrica.** 2007.

XAVIER, Nathaly Silva. **O Gigante Asiático: aspectos políticos-econômicos da ascensão chinesa 2001-2007.** Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Relações internacionais UFRGS 2008.

ZUSMAN J. **Government, Markets and Growth: financial systems and politics of industrial change.** Ithaca: Cornell University Press. 1983.

Plantation Study in China: Research Outline, 2006. Disponível em: http://www.iges.or.jp/en/fc/pdf/activity/plantation_china.pdf Acesso em: 06 out. 2011.